

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata 001  
Reunião de 2014/10/30  
Ata nº 23/2014

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA  
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/10/30

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e catorze, pelas 09h35, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores: -----

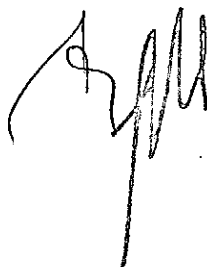
. Nuno Miguel Marques Libório; -----  
. Fernando Paulo Ferreira; -----  
. Ana Lúcia Alves Cardoso; -----  
. António José Sequeira Félix; -----  
. Paulo Sérgio Pinto Rodrigues; -----  
. José António da Silva de Oliveira; -----  
. Rui Miguel da Silva Pereira; -----  
. Maria de Fátima Pires Antunes. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho e Aurélio dos Santos Marques, tendo sido substituídos pelos Srs. Orlando Sequeira Ferreira da Silva e Rui Miguel da Silva Pereira, respetivamente. -----

Entrou no decurso da reunião, os Srs. Vereadores Orlando Sequeira Ferreira da Silva, pelas 9h38, e Rui Ribeiro Rei, pelas 10h05, durante a discussão dos pontos da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Telma Alexandra Guerreiro Marques, Assistente Operacional. -----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado: -----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Adjunto-----

Mário Nuno Duarte-----

. Técnico Superior-----

Dr. Renato Gonçalves-----

GABINETE DE APOIO À VEREACÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria-----

Drª Susana Santos-----

João Pedro Baião-----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra-----

SERVIÇO MÉDICO-VETERINÁRIO MUNICIPAL-----

. Médico-Veterinário-----

Dr. João Alvarez-----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Isabel Araújo-----

. Técnico Superior-----

Dr. Luís Vasconcelos-----

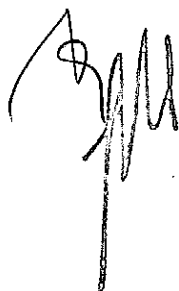
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Nélida Soares-----

. Técnicos Superiores-----

Drª Cristina Pereira-----



Dr. Miguel Falcão-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Engº Clemente Rocha-----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Diretora-----

Drª Maria de Fátima Faria Roque-----

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus-----

Drª Maria João Carraça-----

. Chefe da Divisão de Educação e Coordenador do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude-----

Dr. Pedro Montes-----

. Chefe da Divisão de Bibliotecas e Documentação-----

Dr. Vítor Figueiredo-----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público-----

Arqtª Catarina Conde-----

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social-----

Drª Ana Carla Costa-----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Equipa-----

Urbª Luís Matas de Sousa-----

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO-----

. Chefe da Divisão Administrativa e Financeira-----

Drª Teresa Botelho-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 004

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: INTERVENÇÕES-----

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – DEFINIÇÃO DE TAXAS RESPEITANTES AO ANO DE 2014 A LIQUIDAR E COBRAR EM 2015; TAXA DE DERRAMA DE 2014 A COBRAR EM 2015; PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS; GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2015/2018 E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2015; ORÇAMENTO PARA 2015 E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÉNIO 2015/2018 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO -----

Interveio o Sr. Presidente, dando início à reunião, extraordinária e pública cumprimentando todos os presentes, dizendo que se vão discutir e apresentar as grandes opções do plano, e aquilo que sugere é que se discutam todos os pontos, do 1 ao 5, e que naturalmente, depois da discussão que entretanto acontecerá, se aprove ponto a ponto. -----

Informou ainda que fará uma intervenção, que espera que não seja muito longa, mas enquadradora daquilo que é a apresentação do plano e orçamento que hoje está à consideração dos Srs. Vereadores, e depois disso passará a palavra ao Sr. Presidente do conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, iniciando-se posteriormente a discussão dos pontos 1 a 5.-----

Prosseguiu, passando a ler a sua declaração sobre as grandes opções do plano e orçamento, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, na qualidade de Presidente do conselho de administração dos SMAS, cumprimentando todos os presentes, e fazendo a sua apresentação do orçamento e plano plurianual de investimentos dos SMAS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes, começando, em nome dos membros da CDU, por contestar uma afirmação do Partido Socialista, e a necessidade, em nome da verdade e seriedade com que se representam e sistematicamente assumem enquanto força política no executivo da câmara municipal, num órgão tão importante como é o da natureza deste onde se encontram, de informar, para os mais distraídos, como infelizmente se veio a confirmar na intervenção inicial do Sr. Presidente, que a CDU, ao longo destes meses iniciais de mandato, tem apresentado muitas propostas, feito várias

A M

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 005

Reunião de 2014,10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

recomendações e sugerido inversões da política municipal em curso, no sentido de beneficiar as populações e os agentes de desenvolvimento. -----



Não é verdade, nem rigoroso, do ponto de vista do PS, fazer-se a afirmação de que a CDU, estando numa situação de oposição, negou-se a ela própria no direito de construir o orçamento. Haja capacidade por parte do PS, que é quem gere a câmara municipal e os destinos do município, de ouvir sábia e corretamente todas as propostas, chamadas de atenção e recomendações do grupo político CDU, e seguramente que o resultado final não seria este orçamento, que hoje têm para apreciar, sendo esta uma primeira nota que se impõe em nome do rigor e da verdade. -----

Como segunda nota, é verdade que este é um orçamento difícil, particularmente porque sofre do contexto nacional. O Sr. Presidente não disse, mas os membros da CDU têm o entendimento que a lei das finanças locais continua a não ser cumprida, o que constitui para as autarquias locais um sério “garrote” financeiro, não obstante, como foi dito, a transferência de novas competências, por um lado, como a revisão da lei geral de competências das autarquias, tornando-as cada vez mais parte ativa do processo de funcionamento da administração pública. -----

Portanto, com mais competências e mais responsabilidades, ao mesmo tempo com menos dinheiro, claro está que os orçamentos municipais, como é o caso do de Vila Franca de Xira, terão de ter cautelas redobradas. -----

Contudo, notaram na intervenção inicial do Sr. Presidente uma ausência de preocupação em relação ao drama dos trabalhadores do município, incluindo o universo dos serviços municipalizados, bem como o da câmara municipal, apesar de saberem que há constrangimentos, há a lei dos compromissos, e existem as normas arbitrárias em matéria de contratação de pessoal, bem como a negação de direitos, até de acordo com despachos do próprio Tribunal Constitucional, como é o caso do reconhecimento dos ACEEP – Acordos coletivos de entidade empregadora pública. Sabem que há matérias que transcendem até a própria vontade desta e de qualquer autarquia. -----

Contudo, têm o entendimento que neste orçamento, pelo menos deveria haver uma preocupação expressa do ponto de vista político, e o PS não o fez, mas a CDU faz, e os seus membros estão solidários com a luta dos trabalhadores do município

de Vila Franca de Xira, e tudo farão no âmbito das limitadas competências que têm para devolver aos trabalhadores da administração pública local o direito que lhes está a ser negado, que é o direito de poderem trabalhar e de poderem ter direito a uma vida melhor. -----

Este é também um orçamento marcado, de forma direta, apesar de haver também uma omissão por parte da intervenção do Sr. Presidente, com o processo de privatização da Empresa Geral de Fomento que, do ponto de vista do relacionamento deste município com os demais serviços públicos que o mesmo assegura, poderá significar um aumento do valor do processo de valorização dos resíduos sólidos urbanos, com consequências que poderão ser imprevisíveis, até do ponto de vista financeiro, para a gestão do orçamento da câmara municipal, e a promessa ou grande ambição da política de direita, hoje desempenhada pelo Governo do PSD e do CDS, que é a da verticalização do setor da água, e com todo o serviço público que a ele está associado. -----

A CDU tentará fazer, na sua apresentação e visão crítica e construtiva das grandes opções do plano - GOP, uma análise detalhada sobre as diferentes áreas de atividade, cabendo ao próprio fazer a apresentação da proposta e opinião dos membros da CDU de duas áreas que, entre outras, consideram fundamentais para o relançar do desenvolvimento do concelho de Vila Franca de Xira.-----

É verdade que há matérias suscetíveis de não serem controladas, por muito que seja a vontade do município de Vila Franca de Xira, mas há uma situação a partir da qual não se pode desviar, tendo presente este cenário de ataque ao poder local, que é perceber, compreender e interpretar, a bem da defesa dos interesses do concelho, as competências materiais da autarquia, para que esta funcione como agente de desenvolvimento.-----

Infelizmente, e dizem-no com um sentimento de profunda inquietação, a realidade veio a dar-lhes razão, não só pela crise, que é real e destrói a economia do concelho, como também, e hoje não há absolutamente dúvida nenhuma sobre essa matéria, era, é, e continuará a ser, se essa for a opção do executivo, redutor e comprometedor, desenvolver o concelho de Vila Franca de Xira, designadamente o tecido produtivo, apenas baseado na lógica das atividades imobiliárias, e daquela grande lógica que foi o final do mandato do PS, dos grandes centros comerciais e

A

MM



superfícies comerciais, que tiveram a infelicidade de condicionar muitas manchas do território concelhio, com prejuízos económicos e sociais muito significativos para a câmara municipal.-----

Sabem que não cabe à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira criar uma política de emprego, para além do emprego público. Sabem que esta é uma competência do Estado central que, através do Governo de direita, PSD/CDS, não tem efetivamente uma política de fomento, desenvolvimento industrial e económico, e muito menos uma política de emprego, mas o que sentem é que, tendo presente a ainda resistente pujança económica das empresas que sobrevivem, e da sua integração naquela que é ainda uma frente industrial significativa na região de Lisboa, seria expectável que se lesse, encontrasse, percebesse ou se percecionassem alguns efeitos, para tentar contrariar a destruição da economia local, designadamente do comércio local, dos micro, pequenos e médios empresários do concelho, o que efetivamente não conseguem concluir com a proposta do PS.-----

É preciso nunca esquecer, e relembram que, enquanto concelho, Vila Franca de Xira faz parte da Área Metropolitana de Lisboa e, como tal, não pode deixar de ser uma exigência permanente da gestão exigir uma política municipal de desenvolvimento económico, através de projetos concretos, que acima de tudo, e em última instância, visem ou ajudem à criação de emprego local.-----

O que notaram nas grandes opções do plano para as questões do desenvolvimento económico, em algumas áreas que hoje querem assinalar, foi uma preocupante ausência de medidas que estimulem a captação de novas iniciativas económicas, e, para ser sincero, nem sequer podem comentar, porque não existem. Notaram também um desinteresse que, na opinião que têm, é deliberado, além de contínuo, sobre hipotéticas oportunidades de desenvolvimento, como seja através do apoio, que não existe e deveria existir, à defesa da economia local, por exemplo, na promoção ou exigência de construção de infraestruturas, parques industriais ou polos tecnológicos, para relançar e estimular a criação de emprego.-----

Notaram ainda o desinvestimento na promoção das áreas tradicionais da atividade económica do concelho, e é preciso não esquecer que ele é ainda industrial, que tem das empresas mais importantes do país na área química, alimentar, industrial,

aeronáutica, além do forte potencial agrícola, turístico e lazer.-----

Estas grandes opções do plano passam completamente ao lado, infelizmente, desta realidade, e por isso, o que os membros da CDU entendem, na análise que fizeram, é que o PS empurrou para um plano secundário todas e quaisquer iniciativas que, podendo fazer uso, quase que obrigatório, das competências do município, quase não promove o desenvolvimento do concelho, colocando-se o mesmo numa situação amorfa, e à margem de oportunidades, fazendo que nem sequer possa se beneficiar da sua localização estratégica, no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.-----

Têm três ou quatro propostas muito concretas, que não são novas, repetem-nas e irão repeti-las até à exaustão, até ao momento de poderem ser políticas ativas do município.-----

A primeira é a criação de uma política para a instalação de parques industriais e empresariais, de forma simples, criando planos de pormenor e fazendo uso dos instrumentos de gestão do território, que são uma competência da câmara municipal, cujo objetivo, na opinião que têm, deveria ser o de recentrar a vocação industrial e tecnológica do concelho.-----

Depois, promover e instalar, efetivamente, o gabinete de apoio ao empresário, com este ou outro nome. O que importava existir, e que continua a não existir, é uma estratégia de relação e exigência, ao mesmo tempo, da câmara municipal com o Governo e com parceiros privados, nas áreas de interesse estratégico para, por exemplo, não se continuar sem saber, infelizmente, o que poderá suceder nos próximos dias, meses ou anos, relativamente a casos como o da escola da Marinha, as antigas áreas industriais no corredor entre o Sobralinho e a Póvoa de Santa Iria, que no plano logístico de Portugal estavam identificadas como de relevante interesse económico, e com isto, se se tivesse este gabinete, dar-se-ia função à câmara municipal, no âmbito dos usos económicos que são necessários no concelho.-----

Outra é apoiar, dentro das competências do município, os micro, pequenos e médios empresários, com destaque para o comércio tradicional. Têm o entendimento que esta câmara municipal não acarinha, não ouve e não está atenta ao drama vivido hoje pelos comerciantes.-----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal



Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata 009  
Reunião de 2014/10/30  
Procº \_\_\_\_\_  
Deliberação nº \_\_\_\_\_

Por fim, fazer um processo de ampla valorização da economia local, usando daquilo que, em mais nenhum concelho, ou pelo menos poucos se orgulham de ter, o rio, os montes e a Lezíria, não hesitando na retoma daquilo que para a CDU é fundamental, do funcionamento das comissões municipais das diferentes áreas para apoiar o município nas tomadas de decisão.-----

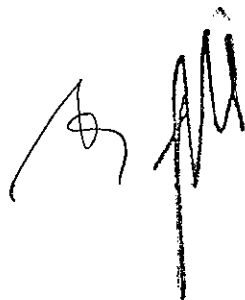
A área do urbanismo e da requalificação urbana é outra das que vão hoje avaliar. Têm o entendimento, aliás, também nada de novo, de que, sob a gestão do PS, o concelho de Vila Franca de Xira tem estado, nos últimos anos, demasiado exposto às iniciativas imobiliárias. Têm o entendimento, há muito tempo conhecido, de que todo o tipo de atividade económica é bem-vinda no concelho de Vila Franca de Xira, e muito mal seria se alguém, numa perspetiva qualquer de desenvolvimento de um concelho, não considerasse, por exemplo, a iniciativa imobiliária. Contudo, o PS abdicou de ter uma política de urbanismo, porque perdeu capacidade de projetar, desinteressou-se de orientar urbanisticamente e, com isso, deixou de ter a capacidade de definir as grandes opções do território. -----

Veja-se o que aconteceu nos últimos anos, infelizmente por causa de sucessivos governos, em que se fez alavancar uma suposta estratégia de desenvolvimento em projetos, infelizmente desacreditados por aqueles governos, o novo aeroporto de Lisboa, a alta velocidade ou a expansão da plataforma logística da Castanheira. É caso para dizer o que é que falta mais acontecer para que o PS perceba que é preciso rever o plano estratégico concelhio, e o próprio plano diretor municipal que, por maioria de razão, ultrapassados pela própria realidade dos factos, impõem-se para um processo de revisão a curto prazo. Não é possível, nem desejável, a bem do desenvolvimento do concelho, que não se revejam estes importantes instrumentos de gestão do território. -----

Têm o entendimento que tudo isto acontece porque há uma obstinação do PS, e uma obstinação baseada numa política errada para as questões urbanísticas, que custou caro e continua a custar caro ao concelho. Tal como disseram para as questões de desenvolvimento económico, para a área do desenvolvimento urbanístico, reafirmam que a realidade, infelizmente, veio novamente a dar razão à CDU. Há muitos anos que anunciavam que a política do PS para as questões do urbanismo, que assentava apenas na promoção de novas frentes habitacionais,



resultaria naquilo que hoje se tem no concelho, centros, zonas históricas e antigas, desertificados, e no campo da conservação do edificado evoluiu para estados perigosos de degradação, alguns dos quais sem qualquer hipótese de inversão. -----  
Têm três prioridades no âmbito das áreas de desenvolvimento urbanístico e da requalificação, que infelizmente também não estão minimamente asseguradas com as grandes opções do plano que o executivo do PS deu a conhecer. -----  
Uma é a prioridade para a reabilitação urbana, mas uma prioridade efetiva, com identificação bastante clara, assertiva e objetiva de que é preciso, urgente e inadiável, corrigir problemas múltiplos e complexos de degradação dos núcleos antigos e históricos, como é óbvio, não descurando a necessidade de requalificação do espaço público e das barreiras arquitetónicas, além de dar uma grande atenção, e dar mesmo uma atenção prioritária, à questão das urbanizações inacabadas no âmbito das responsabilidades a garantir junto dos promotores. -----  
Depois, a legalização das AUGI, mas a tempo e a horas, privilegiando a modalidade da reconversão municipal, além de investir nas infraestruturas básicas. -----  
Por fim, ter uma política de desenvolvimento comprometida com o concelho é obrigatoriamente ter de olhar para o rio Tejo, para as suas potencialidades, e fazer dele o pano de fundo para o urbanismo e urbanidade concelhia de novo tipo, que se impõe no concelho de Vila Franca de Xira. -----  
Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Pereira, cumprimentando todos os presentes, e dizendo que dará alguma continuidade à intervenção, também da análise que teve oportunidade de fazer com os seus camaradas aos documentos apresentados. No pouco tempo que teve a fazer a análise ficou com notas de alguns dos pontos onde é entendimento dos membros da CDU que, apesar de todos os constrangimentos, há direções diferentes que se podem tomar, e felizmente assim o é em democracia, não há que haver um único caminho. Se bem que lhes queiram constantemente dizer que os caminhos são únicos, há sempre outras vias felizmente. -----  
Um dos pontos tem a ver com a situação das atuais condições de funcionamento dos serviços camarários, nomeadamente das suas instalações, da dispersão que existe, e a exiguidade de algumas delas. Já se tem vindo a pensar nisto há muito tempo, mas o que verificam é que, mais uma vez, nestas grandes opções do plano,



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 011

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

neste plano plurianual de investimento, continua a não haver medidas concretas quanto ao futuro. Continua-se a pensar, continua-se a dizer que é necessário, mas continua-se ainda um pouco nisso, como há muitos anos para cá, sem se verificar que haverá medidas que farão a diferença num futuro próximo. Nesse aspeto, mais uma vez lamentam. -----


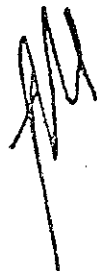
Um dos exemplos que dão, que também já veio a reunião de câmara há um ano atrás sensivelmente, aquando do orçamento e do plano plurianual para 2014 e anos seguintes, é a questão das instalações, por exemplo, da PSP, a reconversão do antigo quartel da GNR em Vila Franca de Xira, novamente contemplada neste documento. Contudo, a questão é para quando a sua efetiva concretização, porque tem vindo já por várias vezes noutros documentos, e o que é certo, e a realidade, tirando o grande placar a anunciar, que também já está a ficar velhinho, mais nada se passou.-----

Quanto ao balcão único, gostariam de saber se já há definição da sua futura localização, porque depois, no cruzamento de dados entre o investimento e o próprio plano de atividades municipais - PAM, fica-se a perceber o que realmente está pensado e o que está previsto, para se ir além dos meros números que aparecem.-----

Sabem, obviamente também, quando falam da questão dos serviços municipais, de alguns constrangimentos que continua a haver, não por vontade da autarquia, mas mais uma vez entendem que se pode e deve, por vezes, ter outras opções. -----

Outro dos pontos tem a ver com a qualificação ambiental, e também de si, honestamente, parece-lhes que é pouco ambiciosa a questão da qualificação ambiental, nomeadamente nem sequer fazendo referência a valores envolvidos. Há também uma situação que causa alguma estranheza, que é haver alguma discrepância, por exemplo, entre aquilo que é afirmado, e com a rubrica aberta em plano de investimento, e até nos próprios valores, no que toca ao PAM.-----

É difícil perceberem, apesar do esforço do executivo, que é de registar, da entrega dos documentos o mais cedo possível para poderem analisar, há sempre questões que ficam por perceber, porque também não são os próprios que os fazem, o que é que realmente está por detrás dos números apresentados, e é esse o sentido que faz sentido discutir, perceber, ir para além dos números e concretizar o que está

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata 012  
Reunião de 2014/10/30  
Procº \_\_\_\_\_  
Deliberação nº \_\_\_\_\_

pensado fazer em matéria de qualificação ambiental. -----

Como sabem, a qualificação ambiental abarca uma série de atividades, interliga-se com outras atividades do município, a própria educação, juventude, ligação às empresas, não é de “per si”, ou não poderá ser nunca uma situação isolada de todo um contexto. -----

Já se falou na necessidade que se tem, e já vai sendo tarde, de se pensar em fazer uma revisão ao PDM, também para os membros da CDU é importantíssimo haver uma carta ecológica do concelho, toda ela harmoniosamente integrada nesse novo PDM, ou nas REN e RAN, que estejam realmente defendidas, e que outras áreas de interesse ecológico fiquem salvaguardadas para o futuro. Também esta não é uma sugestão nova, e pega novamente nas palavras do Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que até parece que a CDU, ao longo de todas as reuniões e todos os anos não faz constantemente propostas e toma a iniciativa em vários sentidos. -----

Reduzir a questão ao mês, dias ou às semanas que antecedem à efetivação do documento previsional para o próximo ano e anos vindouros, é realmente demasiado redundante, faltando, assim sendo, um pouco ao que é a verdade. -----

Já foi falado noutras reuniões que os membros da CDU gostariam de ver um maior envolvimento da sociedade em geral, sociedade civil, e um observatório de ambiente seria, com a CDU, já uma realidade neste concelho, podendo ressaltar um exemplo que fica por esclarecer, a situação da requalificação da zona ribeirinha, neste caso a norte, a recuperação da frente ribeirinha da Vala do Carregado. Ainda o ano passado, e não quer dizer que fosse por ser ano de eleições, e com isso se contabilizasse mais uma promessa eleitoral, o certo é que se tinha dotado quase um milhão de euros, 914 000,00€, para a recuperação dessa frente, e hoje, nos documentos em discussão, veem que existe uma dotação de 40 000,00€ para o projeto, e nada mais daí para a frente. É quase somente um lembrete que fica no documento, que se tem isto “pendurado”, onde não há sequer, e se calhar bem, valores previstos de investimento no futuro para esta situação. Este é um exemplo entre outros que poderiam retirar, se fossem analisar documentos antigos, mas vão surgindo, às vezes ao sabor de necessidades imediatas, e depois, com o tempo e outros problemas que se levantam, as coisas vão-se deixando esquecer e vão desaparecendo. -----





Um outro ponto que lhe é querido tem a ver com a política desportiva, com a situação do desporto e dos equipamentos desportivos. Uma das coisas com que tanta vez, ao longo de tanto tempo, a CDU se debateu, é que o município deveria ter a sua própria carta desportiva, um documento de trabalho que orientasse as tomadas de decisão, as políticas a tomar neste sentido, em ligação estreita com o movimento associativo, neste caso associativo e desportivo. -----

Finalmente, surge a carta desportiva, onde inclusivamente numa reunião onde esteve presente chegou-se a falar em "off". Neste momento aquilo que quase empiricamente pode referir, quem não tem conhecimento real, mas com a leitura da carta desportiva já se começa a ter certezas, é que sabia que havia equipamentos obsoletos, outros que faltavam em várias situações, e que inclusive o desporto no concelho estaria e estará estagnado, tanto em número de atletas praticantes, como das próprias associações e clubes desportivos. -----

Sabe-se também, e a carta desportiva vem dar o reforço a essa ideia, que não é possível fazer um grande desenvolvimento do desporto no concelho com os equipamentos que neste momento se têm, com as organizações que neste momento se têm, e um dos exemplos é o do alargamento de algumas modalidades desportivas, que neste momento não serão possíveis de praticar no concelho. -----

É de referir, exceção feita à apresentação da carta desportiva, que também nestas grandes opções do plano e no plano plurianual de investimentos, não se prevê mudar o paradigma da política desportiva, que tem sido a realidade constante desde que o PS faz a maioria, e tem tido a grande quota-parte de responsabilidade no governo deste município. -----

Aquilo que os membros da CDU querem é que esta, agora nova carta desportiva, seja usada frequentemente, e que uma vez reaparecida não seja figura de corpo presente, e se tomem medidas, decisões, e que se implementem políticas com continuidade e não de momento. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, cumprimentando todos os presentes, referindo que este orçamento, no entender dos membros da CDU, é um orçamento de projetos, de verbas a definir, e de verbas a definir para 2016 e 2017. Portanto, entra-se em campanha eleitoral desde logo, e este orçamento é bem o espelho dessa situação. -----



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 014

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_



É também o espelho de uma situação que para a CDU era clara, que o concelho e quem o gere, sem construção imobiliária, sem fundos comunitários ou sem ajudas do poder central, não conseguem responder às necessidades das populações. Vê-se a inexistência de uma estratégia, de um planeamento para o concelho, e andou-se durante vários anos à deriva e à vontade dos construtores, ou dos fundos comunitários, e agora pouco ou nada se faz, pouco ou nada se investe naquelas que são e deveriam ter sido sempre as prioridades no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Dará alguns exemplos muito breves, relativamente, por exemplo, à educação e à juventude. Ao olhar para o orçamento aquilo que se encontra são verbas francamente diminutas, para a necessidade que existe em todo o concelho em requalificar alguns dos estabelecimentos de ensino. -----

Fala do pré-escolar e do primeiro ciclo, que são responsabilidade da câmara municipal, e não colocam, porque não é responsabilidade da autarquia, mas frisam também a necessidade premente da requalificação de alguns estabelecimentos de ensino de segundo e terceiro ciclos e também do ensino secundário, em que, não cabendo à câmara municipal a responsabilidade, é ela também responsável por exigir e pressionar o Governo, no sentido de fazer aquilo que é a sua responsabilidade. -----

Fala em verbas que, no entender dos membros da CDU, nem sequer dão para uma das grandes preocupações neste momento, que é a retirada das placas de amianto. Ainda ontem a comunicação social falava da necessidade da retirada deste material, e daquilo que são as preocupações que os encarregados de educação têm neste momento. Cabia à câmara municipal, não só resolver o problema, mas também, e seguindo o exemplo de algumas câmaras municipais, tentar promover sessões de esclarecimento junto dos encarregados de educação. -- É uma sugestão, mais uma que deixam, e completamente gratuita, nem sequer a câmara municipal tem que gastar verbas com aquilo que é a sua responsabilidade, que é o esclarecimento das populações. -----

Continuar-se-á com o problema dos horários duplos em duas das freguesias, a de Vialonga e a União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, porque o orçamento é completamente omissivo no que diz respeito à localidade do Forte da

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 015

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Casa. Portanto, gostariam de saber por que razão é que a câmara municipal não tem vontade de resolver a situação, tal como fez com o Sobralinho ou vai fazer com a inauguração da nova escola. -----

Na freguesia de Vialonga não é a escola nº 2 que vai resolver o problema, portanto tem-se, urgentemente, que resolver também a questão da escola do Cabo. Vem uma verba a definir, para um projeto a definir, e é mais uma indefinição desta câmara municipal que não sabem quanto tempo vai durar.-----

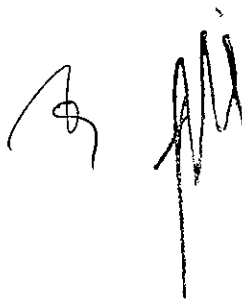
Está-se com um problema muito sério nas escolas do concelho, a falta de pessoal não docente, e, sabendo das dificuldades em contratar pessoal, e o Governo leva a que isso aconteça, a câmara municipal tem que resolver rapidamente a situação. Estas necessidades são permanentes e estão constantemente a ser colmatadas com pessoal ao abrigo do contrato de emprego e inserção, e as características especiais que este trabalho exige levariam a que, de facto, os trabalhadores tivessem um vínculo laboral permanente.-----

Assistem a escolas onde as casas de banho têm que fechar às 15h00, quando as aulas só terminam às 18h00, onde as crianças não têm pessoal que as possa guardar durante o recreio, e onde, inclusivamente, são muitas vezes os professores que abrem e fecham as portas, e fazem também essa vigilância dos recreios. -----

Sabendo e percebendo as dificuldades que a própria câmara municipal sente, elas têm que ser ultrapassadas, e isso cabe ao município, porque é essa a sua responsabilidade. -----

Continuou, voltando a falar naquilo que dantes se chamava CAF – Componente de apoio à família, e agora se chama AAAP – Atividades de animação e apoio à família, dizendo que foi deliberado e aprovado numa reunião de câmara que o município asseguraria este serviço até às 19h00. Esta deliberação foi aprovada por maioria, nunca foi colocada em prática, pelo que hoje continua-se com este serviço entre as 15h30 e as 17h30. Assim, voltam a perguntar, porque também não existe verba no orçamento, por que razão é que o Partido Socialista não coloca em prática uma decisão aprovada por maioria nesta câmara municipal. Ao não o fazer, obriga os encarregados de educação a despenderem valores que chegam a ser 6 e 7 vezes mais do que aquilo que é pago no serviço da AAAP.-----

Em 2009, em vésperas de eleições, houve uma propaganda imensa quando a



anterior presidente veio dizer que se iam ofertar os manuais escolares para todos os alunos do primeiro ciclo. Em 2010 essa medida já não existiu, porque não havia capacidade financeira, numa autarquia que sempre se disse que tinha boa situação financeira, e houve um recuo, que em muito prejudicou a já débil situação financeira das famílias do concelho.-----

Ouviram, há pouco, o Sr. Presidente dizer que foram ofertados os manuais escolares de todos os alunos do primeiro ciclo, até ao terceiro ano, mas não é essa a informação que têm, a informação que têm é que foram ofertados apenas aos alunos que têm escalão A e B. Portanto, gostariam de ser esclarecidos, porque é uma situação distinta. Aquilo que estava previsto em 2009 é que seriam ofertados independentemente da situação financeira das famílias, e aquilo a que se assiste não é isso.-----



No entender dos membros da CDU os manuais escolares deveriam ser gratuitos enquanto o ensino fosse obrigatório. O primeiro ciclo é da responsabilidade do município, já alguns municípios têm essa medida, da oferta dos manuais escolares, e os outros ciclos, mais uma vez, seriam da responsabilidade do Governo, que todos sabem que tem grande desprezo pela área da educação, e portanto não deve ser a câmara municipal a seguir maus conselhos.-----

Gostariam ainda de deixar uma ressalva, que consideram ser importante, que tem a ver com algum descontentamento que lhes fazem chegar relativamente ao acolhimento dos novos professores que chegam ao concelho. Infelizmente a chegada e saída de professores é constante, e dizem-lhes que o serviço educativo, na câmara municipal, não recebe da melhor forma, não faz saber das grandes potencialidades que o concelho tem, e que devem ser conhecidas pelos alunos. -----

Para que isso aconteça é necessário que os professores também o possam conhecer antes. Por isso deixa a ressalva, é importante que os professores, para além das boas vindas, que é de “bom-tom” e pensa que não são feitas de forma condigna, possam ter a informação necessária sobre o concelho em que lecionam.-

Sobre a Xira Infantil, não sabe se deixou de existir, este ano houve um novo programa ao sábado. A Xira Infantil era uma iniciativa de marca no concelho de Vila Franca de Xira, e está a definhar de ano para ano, assistindo-se a uma comunidade educativa completamente ausente daquela que foi uma iniciativa tão





Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 017

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

importante, e o investimento é espelho desse definhamento.-----

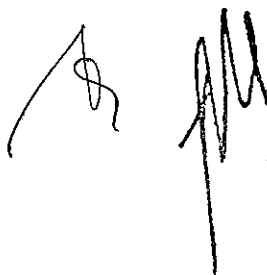
É cada vez menor a verba que se gasta na Xira Infantil, que podia ser, como foi, uma marca de diferença e de apelo para a vinda ao concelho. Não quer dizer com isto que a Xira Infantil volte a ser aquilo que era, porque, de facto, as coisas alteram-se, mas o que está não pode ficar, porque até envergonha, naquilo que são as preocupações com a comunidade educativa, com os mais novos.-----

Sobre as casas da juventude, olhando para as verbas, pensa que não há dinamização possível. Tem que se resolver o que se quer fazer das casas da juventude, que horário se quer praticar. Os horários e as próprias atividades, no entender que têm, devem estar em consonância com as necessidades dos jovens do concelho. Não se podem ter casas da juventude que fazem apenas pequenas formações na área da informática. A casa da juventude tem que ser muito mais do que isso, ou então têm todos que assumir que as casas da juventude já não fazem sentido, e que, como outros equipamentos, como é o caso dos mercados municipais, precisam, ou de fechar, ou ter uma nova dinâmica.-----

É uma preocupação muito grande, e para isso era importante ter a funcionar aquilo que foi a Comissão Municipal de Juventude, na qual o Sr. Presidente participou, e a própria teve o prazer de participar nalgumas dessas comissões há muitos anos. A Comissão Municipal da Juventude, tal como todas as outras comissões são importantes, a gestão deve ser participada e participativa, sendo assim muito mais enriquecedora.-----

Se calhar o bom funcionamento da Comissão Municipal de Juventude iria resolver, ou pelo menos ajudar a resolver esta questão das casas da juventude, e também estimular aquilo que era o associativismo juvenil. O Sr. Presidente lembrar-se-á daquilo que foram as associações juvenis do concelho, e o que hoje são. A dinâmica delas é cada vez mais reduzida, e a câmara municipal é também responsável, porque só chama as associações quando precisa delas para fazer algum favor, ou para serem dinamizadoras das férias escolares. Aí dá alguma verba, para que depois essas associações possam passar os recibos, mas não é assim que se trata a juventude, nem sequer é com um festival anual de bandas. Portanto, antes que lhe falem no festival, vai-se já adiantando. -----

Sobre a habitação social e ação social, o município tem vários bairros municipais, e



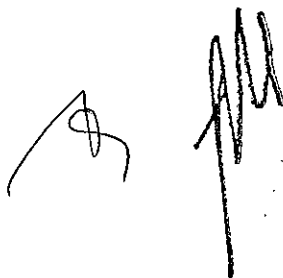
todos a precisarem urgentemente de investimentos, o bairro do PER da Castanheira do Ribatejo, o bairro azul na Póvoa de Santa Iria, o Parque Residencial de Vialonga, o Bairro Nascente do Cabo. São “n” situações, com um parque habitacional a precisar urgentemente de obras, com várias centenas de famílias em lista de espera para terem uma habitação condigna, e a câmara municipal tem mais de 5 milhões de verbas a definir, e continua com elas a definir.-----

Lembra que em 2011 a câmara municipal apresentou um projeto à população do Bairro Nascente do Cabo. A população foi chamada a ter até alguma intervenção, no sentido de apresentar propostas de alteração a esse mesmo projeto. Criou-se uma série de expectativas nas pessoas que ali moravam, e até agora, quase 4 anos volvidos, nada se fez. Provavelmente em 2016 vai-se apresentar novamente o projeto, e enquanto isso a câmara municipal tem uma total ausência de estratégia de incentivo à recuperação dessas casas, até por parte das pessoas que podem ficar com o fogo. -----

Os membros da CDU têm também uma preocupação muito grande, que é a recuperação das casas devolutas, e a revitalização das cooperativas de habitação que ajudaram muitos jovens a fixarem-se no concelho. Tem que se apostar novamente num programa de rendas a custos controlados para os jovens casais, tem que se apostar nas cooperativas de habitação, sob pena de se ficar com o concelho de Vila Franca de Xira reduzido de população. -----

Por fim, quanto à eliminação das barreiras arquitetónicas, no mandato anterior houve uma sessão, com uma tela, projetor e vários “slides”, que mostravam um projeto fantástico de eliminação das barreiras arquitetónicas. Depois da apresentação desse estudo aquilo que se vê são uns míseros 1 000,00€ para essa rubrica, e certamente não podem entender a eliminação das barreiras arquitetónicas como uma prioridade no concelho. Apresentaram várias propostas ao longo deste ano, e aquilo que veem é que as suas preocupações, para o Partido Socialista, de pouco ou nada interessam.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, cumprimentando todos os presentes, referindo que, na esteira daquilo que foi já a intervenção dos seus camaradas, irá abordar três pontos deste orçamento, começando pela questão dos transportes, mobilidade, acessibilidades e estacionamento.-----

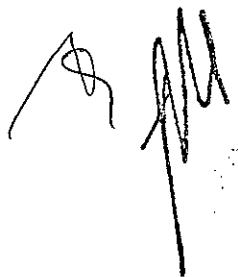


É reconhecido por todos, até do ponto de vista académico, que a falta de correspondência entre a localização da habitação e do emprego é, entre outros, um dos principais fatores que afetam a qualidade de vida das populações. A garantia do direito à mobilidade e ao transporte deveria constituir-se como um fator estratégico para o concelho de Vila Franca de Xira, e para tal os membros da CDU defendem a existência de um programa municipal de mobilidade que, entre outros, preconize e se manifeste contra a privatização de transportes públicos, a exigência do aumento das coroas do passe social e da frequência dos transportes, além da diminuição dos seus custos. Cientes que isto não é uma matéria que diga diretamente respeito à câmara municipal, entendem, no entanto, que deve, insistentemente e publicamente, manifestar-se junto do poder central relativamente a estas matérias. -----

Defendem a implementação de uma política pública de parques dissuasores, que articulem a oferta do transporte público e do transporte individual, e aquilo que observam e continuam a observar é uma total ausência de estratégia que vise retirar os veículos de dentro da cidade, nomeadamente os que são na esmagadora maioria de pessoas que se destinam ao transporte público. -----

Defendem também a implementação de uma política destinada à proteção da mobilidade pedonal. Quantas e quantas vezes, em reuniões de câmara, já chamaram à atenção, por exemplo, da total ausência de passeios em inúmeras artérias do concelho, passeios que fazem falta a quem se desloca a pé, que muitas vezes é obrigado a deslocar-se em bermas, que estão cheias de mato, o mato invade a estrada, e obrigam as pessoas a andar na estradam com todos os perigos que daí advém?-----

Defendem a requalificação da EN1 e da EN10, a construção das variantes de Alverca do Ribatejo e de Vila Franca de Xira, além da estrada intermunicipal de ligação ao IC2 na Póvoa de Santa Iria. Outras matérias sobre as quais também o Partido Socialista sempre se manifestou, e sempre disse e defendeu a sua necessidade, mas até hoje continuam a não ver uma estratégia para aí orientada. -- Depois, defendem a exigência do fim das portagens entre Alverca do Ribatejo e Carregado, na A1, bem como a construção de novos nós de acesso no Sobralinho e nos Caniços. Também nesta questão já por várias vezes observaram o Partido



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 020

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Socialista a manifestar-se a favor desta matéria, mas continuam sem perceber por que razão não há uma estratégia orientada para este fim, independentemente de se terem entidades terceiras envolvidas nestas questões. -----

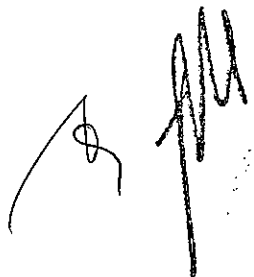
Defendem o alargamento da oferta de parques de estacionamento junto às estações ferroviárias, onde continuam a observar que, das duas uma, ou não existem, ou os poucos que existem, mesmo não sendo em terrenos municipais, não são requalificados nem são objeto de intervenção junto dos promotores, e aqueles que existem, alguns estão encerrados ou com pouca funcionalidade por falta de estratégia orientada nesse sentido. -----

Defendem a construção de uma rede concelhia de percursos pedonais e cicláveis, algo que tem sido uma aposta muito forte de outros concelhos a nível nacional, não só por questões ambientais, por questões de mobilidade, económicas, e principalmente por uma estratégia que vise retirar do centro das cidades o trânsito automóvel. -----

Analisando a proposta do orçamento municipal e as grandes opções do plano, verificam também uma total ausência de estratégia bem espelhada, por exemplo, na rubrica de conservação de arruamentos e pavimentos, que, tendo uma proposta de verba de 1 800 000,00€, 42% dessa verba está ainda por definir. Conhecendo o concelho como todos conhecem, assim se entende, e conhecendo as graves lacunas que existem no concelho, podem todos reconhecer a ambiguidade deste orçamento, quando há uma verba substancial que ainda não está destinada a rigorosamente nada. -----

Prova disso mesmo é a verba ainda a definir destinada à construção da rotunda do moinho da Quinta da Piedade, quando o executivo do Partido Socialista já chegou a anunciar em reunião de câmara a abertura de concurso público em finais de março do presente ano. No entanto, não só o concurso público não foi aberto, como ainda por cima está-se a atirar essa verba para 2015, e ainda a definir. -----

Se mais provas são necessárias, podem também questionar, a título meramente exemplificativo, e ao Sr. Presidente, que disse na sua intervenção inicial que a CDU não faz ou fez propostas para o orçamento, sobre o arranjo dos inúmeros caminhos rurais que se encontram em estado crescente de degradação ano após ano, o arranjo do parque de estacionamento do bairro da Atral Cipan, a necessidade de



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 1121

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

refazer a rampa da estrada da pimenta, a já falada intervenção no terreno anteriormente ocupado pela Cercipóvoa como estacionamento de apoio ao bairro da Chepsi na Póvoa de Santa Iria, terreno onde o executivo já avançou com a possibilidade de colocação de um piso em grelhas de enrelvamento, a abertura do autossilo da Póvoa, quando este executivo já anunciou que a obra terminaria no fim de fevereiro deste ano, e até hoje ainda não abriu, e a problemática dos vários cruzamentos e entroncamentos com a EN10. -----



São todos assuntos, entre outros, que já foram levantados nesta câmara municipal, sem que tivessem a devida prossecução por parte deste executivo, bastando ler este orçamento para perceberem que nada disto é prioridade para o Partido Socialista. Para além disso, o que dizer da requalificação do espaço para estacionamento na Quinta da Mina, agora atirado para 2016. -----

Não podem deixar, no entanto, em abono da verdade, e na seriedade que lhes é reconhecida, registar como positiva a assunção das diversas chamadas de atenção da CDU para a necessidade da reparação do acesso entre escolas, em Alverca do Ribatejo, e do parque de estacionamento do Pátio do Silvino, em que finalmente, e constataam como fator positivo, vem verba destinada a esse fim. -----

Também não podem deixar de registar que entre o PPI e o PAM a grande estratégia é a instalação de parcometros no concelho, com uma verba de 80 000,00€ em 2015, e um reforço de mais 210 000,00€ nos anos seguintes, sem especificar concretamente onde se pretendem instalar. Consideram que a cobrança de parcometros se trata de mais um imposto indireto, que é apresentado a uma população já fiscalmente bastante penalizada. -----

Uma nota final para a rubrica "obras diversas", onde, de um total de 216 000,00€, 51% são destinados a estudos, e é caso para dizer, no que diz respeito a transportes, acessibilidades e estacionamento, que se gasta mais em estudos neste concelho do que em obra concreta. -----

Quanto ao movimento associativo, ou, como se diz, o livre associativismo, uma das grandes conquistas do 25 de Abril, nos anos 70 e 80 o movimento associativo teve um "boom", e foi, juntamente com o poder democrático local, apesar de todos os erros e desvios que são reconhecidos, uma grande escola de democracia e civilidade. Com os anos 90 e a progressiva transformação da sociedade portuguesa

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 022

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

numa sociedade de consumo, o movimento associativo começou a declinar em termos de participação popular, e também isso é reconhecido por todos. Este declínio não deverá ser observado, no entanto, como uma fatalidade inesperada, tratou-se antes de um deliberado esquecimento do poder político, e uma deliberada desvalorização da capacidade formativa e pedagógica do associativismo na formação integral do indivíduo. -----



É com muita preocupação que hoje constatam que, em muitos estudos sociológicos, 70% a 80% dos jovens do país nunca tenham participado na vida de uma associação, seja de caráter desportivo, cultural ou mesmo político, quando muito limitaram-se, em determinados períodos, no caso de possuírem algum poder económico, a comprar serviços nestas áreas. -----

No caso do associativismo desportivo constata-se uma outra evidência, à medida que os anos 90 avançam, e o mercado dos direitos televisivos e de publicidade crescem, há uma canalização progressiva dos apoios do Estado central e das autarquias para o desporto profissional, e para as obras faraónicas, e o concelho de Vila Franca de Xira não é exemplo positivo nessa matéria. -----

Ao mesmo tempo, o desporto popular e amador, e as pequenas infraestruturas de base, são esquecidas, bastando atentar àquilo que se passa em muitas áreas do concelho, muitas freguesias com os tradicionais ringues e espaços de desporto popular e amador, que estão, alguns deles, ao mais completo abandono. -----

Vila Franca de Xira possui também um vasto movimento associativo, que se encontra enraizado, desempenhando um papel fundamental junto da população, substituindo muitas vezes o poder central e local nas suas obrigações, servido muita vezes de “muleta” da câmara municipal nos eventos e ações desta, chegando a câmara municipal muitas vezes a constituir-se como concorrente das próprias associações, como é o exemplo das atividades que desenvolve nas piscinas municipais. -----

Observando o orçamento e as grandes opções do plano, os membros da CDU consideram, mais uma vez, que não há nada de novo. A política e estratégia do executivo para com o movimento associativo continuam a assentar quase que exclusivamente nos apoios financeiros aplicados através do PAMA. Continua a não se observar uma efetiva política de apoio ao movimento associativo, com critérios

e objetivos definidos, inclusive capaz de colocar a câmara municipal ao serviço deste movimento, constituindo-se a mesma como parceira na disponibilização de meios técnicos que ajudem as coletividades nas suas necessidades básicas de organização, por exemplo a nível legal e burocrático. -----

Reconhecem que o PAMA é um bom instrumento, mas necessita de ser reajustado, e já o defenderam várias vezes, adaptando as suas regras à realidade atual do movimento associativo, num diálogo aberto com as próprias associações. -----



Não podem deixar de verificar que a recentemente apresentada carta desportiva, que já foi abordada pelo seu camarada, Sr. Vereador Rui Pereira, identifica uma série de necessidades de equipamentos que algumas vezes acabam por estar ao serviço da população através destas coletividades/associações, e vem dar razão à CDU, que há muito o reivindicava, e esperam que não venha a ser mais um documento para “ficar na gaveta”. -----

Estranham, tendo as grandes opções do plano um horizonte temporal até 2018, não observarem no orçamento nenhuma verba que dê corpo às conclusões da carta desportiva. Terá o executivo do Partido Socialista reais intenções de a levar à prática? Fica a dúvida da CDU. -----

No que diz respeito à cultura, também na política cultural não há nada de novo. Continua-se a apostar naquilo que já é prática corrente, sem se procurar inovar rigorosamente nada. Ao lerem o orçamento deparam-se com um sem número de rubricas dedicadas à conta 6, denominada ação sociocultural e atividades de lazer, sobretudo no PAM. No entanto, atentam que a esmagadora maioria dessas rubricas é dedicada à aquisição de equipamentos administrativos, informáticos, audiovisuais, básicos e mobiliário. -----

Acreditam que os equipamentos são necessários à boa funcionalidade do serviço público prestado à população, mas questionam se a política cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira se resume a estas aquisições e à realização dos tradicionais eventos. -----

Acreditam que urge inovar sem colocar de lado o que hoje se faz de bom, sem colocar de lado os eventos que estão enraizados na população, seja interna ou externa, mas consideram que urge inovar, e por que não recuperar iniciativas que se perderam no tempo, como é o caso do Salão do Cavalo, que marcava a

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 024

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

diferença identitária do concelho, e que pode recuperar este concelho para a visibilidade turística que perdeu e que urge recuperar. -----

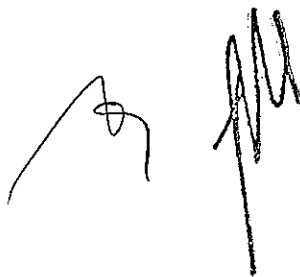
Basta analisar, e dá só um exemplo, o plano estratégico para o turismo na região de Lisboa 2015/2019, que se encontra atualmente em discussão pública, onde o município tem intervenção, mas infelizmente constatam, neste plano estratégico, a importância que o concelho tem para a região de Lisboa, onde nem sequer é considerado como um concelho complementar à atividade turística, e nem sequer é tratado como um concelho com identidade própria, estando inserido num chavão a que a região de Lisboa denomina "arco do Tejo". -----

A CDU preconiza um desenvolvimento cultural que passe por uma urgente intervenção em monumentos e sítios históricos, alguns votados ao mais completo esquecimento; por valorizar a identidade cultural do concelho; ampliar a rede de bibliotecas; revitalizar as quintas municipais, cativando a população a usufruir das mesmas, quintas que são subaproveitadas aos mais vários níveis, turístico, cultural e económico; facultar à população e ao movimento associativo a utilização efetiva de todos os equipamentos culturais que existem; apoiar as iniciativas culturais e artísticas realizadas no concelho; e apoiar iniciativas de valorização da etnografia do concelho, folclore e músicas tradicionais. -----

Tal como falou relativamente ao movimento associativo, o PAM não pode servir como válvula de escape da câmara municipal, que utiliza este instrumento como chapéu que tudo cobre, e não podem deixar de referir duas notas. A primeira prende-se com a recuperação do teatro Salvador Marques, em Alhandra, que persiste em não fazer parte da estratégia cultural do executivo do Partido Socialista, onde nem sequer uma referência nas GOP tem. A segunda, com a postura do PS, que insiste em não dar seguimento às decisões resultantes de propostas aprovadas em sede de reunião de câmara, referindo-se concretamente à dotação do centro cultural do Bom Sucesso dos equipamentos necessários à sua mais completa utilização, uma vez que, passados mais de 4 anos sobre a receção definitiva da obra, ainda não dispõe das condições técnicas de luz, som, e outras essenciais à realização de muitos eventos neste espaço público. -----

Relembrem que, em resposta datada de 3 de março de 2014, assinada pelo Sr. Vice-Presidente, decorrente de um requerimento apresentado pela CDU a 16 de





Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 025

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

janeiro de 2014, e face a uma proposta igualmente apresentada pela CDU a 6 de novembro de 2013, foram então informados do seguinte: “Foram identificados os elementos a serem objeto de orçamentação, melhor som e iluminação, panos de cena, cortina de palco e cortina corta-fogo, encontrando-se os serviços a aguardar respostas aos pedidos de orçamento”. Contudo, 8 meses depois desta resposta do Sr. Vice-Presidente, a mesma não tem reflexo nas prioridades do PS, uma vez que até 2018 não prevê sequer em orçamento algo que, em abono de verdade, já deveria estar concretizado. -----

Por último, quanto à Rota Histórica das Linhas de Torres, a única coisa que está definida em verba é a sinalética, mas questionam o que é os visitantes vão ver. Vão visitar exatamente o quê? Qual é que é a revitalização destes espaços, quando, por exemplo, os fortes da Aguieira têm 100,00€ em orçamento para a sua revitalização?-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, referindo que pensa que, no momento da votação deste orçamento e das grandes opções do plano 2015/2018, o que deveria unir a todos seria, eventualmente, a ambição de poderem atravessar estas dificuldades e construir compromissos necessários, não só ao país, como ao concelho. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo não querem ter uma visão negativa do concelho, querem contribuir para uma visão positiva e que contribua para a atratividade do concelho. Por isso, como aconteceu à época na revisão do Plano Diretor Municipal, não desistem, porque não abandonam, não vão embora, e não ficam à espera que alguém erre para depois dizerem “estão a ver, nós avisámos”.-- Não têm medo, nem receio, de dizer aquilo que pensam, apresentar as propostas que defendem, e de procurar que sejam aceites, sejam discutidas, e que a maioria possa adotá-las ou não. -----

Assim o fizeram aquando da discussão do atual Plano Diretor Municipal, assim estão a fazer no caso da regeneração urbana, e assim fazem no caso dos vários instrumentos que são importantes para o concelho, como os orçamentos e outros. - Assim fizeram, apresentaram um conjunto de propostas, porque, independentemente das propostas que apresentam durante um ano, há uma coisa que é verdade, não ganharam as eleições, o povo votou, e o povo não tem só



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 126

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

razão quando lhes dá razão, o povo é “aquele que mais ordena”, e como é “aquele que mais ordena” votou, decidiu, e está decidido.-----

Apresentaram um conjunto de propostas que podia, basicamente, ser dividido entre família e educação, economia e questões sociais, e entre a segurança e eventualmente a saúde. Apresentaram estas propostas porque não querem ser considerados como um “saco” onde cabe tudo, onde falam de tudo e não falam de nada, e onde é fácil fazerem um discurso para dizerem que não estão de acordo. É muito fácil fazer um discurso para destruir e ficar tudo na mesma. -----

Ao começar pela família e pela educação, consideram que a família é algo importante, independentemente da sua configuração, tipo e forma, é o pilar da sociedade, e como é a célula-base da atividade social, a educação entronca-se, assim como a escola, como o pilar essencial e a âncora da sociedade.-----

É importante que os pais e jovens se sintam integrados numa escola que tem de ser rigorosa, competitiva, verdadeiramente para todos, que integre e, eventualmente, não selecione, e que faça uma integração, porque para a Coligação Novo Rumo o sucesso dos jovens do concelho é o seu sucesso.-----

Dever-se-á olhar nesta perspetiva, do sucesso da escola pública, e não quer dizer que a escola pública seja a escola construída ou gerida pela câmara municipal ou pelo Estado, quer dizer que seja a escola pública, aquela que serve o ensino do Estado, o ensino do futuro dos jovens, que tem que ser de qualidade e verdadeiramente integradora. Não pode ser de outra forma, não concebem uma escola em que se fazem discursos de 15 em 15 dias a favor da escola pública, e depois não se lhe dá meios, não há pessoal auxiliar, não há condições, há regimes duplos, e há pessoas a pagarem 5 ou 6 vezes mais do que deveriam pagar nos regimes complementares de apoio à família.-----

Por isso, nesta questão de apoio às famílias na educação, apresentaram uma proposta no âmbito do estatuto do direito de oposição, que permitirá alargar todo o apoio à família, aumentar a entrega gradual e faseada dos manuais escolares, porque é muito bonito fazer discursos, mas é mais difícil aplicá-los. Esta é uma proposta que apresentaram, e uma boa parte dela foi aceite neste orçamento.-----

Em relação à economia, poderiam falar das propostas que apresentaram, porque podem-se fazer todos os discursos, fantásticos e extraordinários, sobre a melhoria

do emprego e a diminuição do desemprego, mas sem uma dinâmica económica não se chegará lá, e o dinheiro não vai chegar para tudo.-----

Como tal, dever-se-ia começar por aquilo que se pode dominar, e aquilo que se domina à escala podem ser os mercados retalhistas em Vila Franca de Xira, que pudessem ser verdadeiramente dinamizados, que se pudesse dar oportunidade aos próprios comerciantes de se poderem organizar, definirem uma estratégia, e não terem a entidade pública, câmara municipal ou junta de freguesia, a dizer-lhes que não podem abrir à hora "x" e "y". Podem efetivamente adaptar-se à realidade, e a maior parte quer fazê-lo, porque quer competir, quer estar e quer servir os seus clientes, e só assim os comerciantes vão poder estar, competir e melhorar. -----

Poderiam falar das áreas industriais do concelho, no sentido de transformar esses espaços, não a câmara municipal diretamente, mas captando os interessados, dinamizá-los, encontrando soluções, fazer esse levantamento e fazer a sua valorização.-----

Quanto à criação de incentivos à instalação de empresas tecnológicas, teve oportunidade de dizer, em Alverca do Ribatejo, que há concelhos que procuram, e pessoas que procuram uma vida inteira uma vocação, com ou sem apoio andam uma vida inteira à procura de uma vocação, e uns, porque não podem, porque nunca farão aquilo de que gostam, outros porque não sabem, outros porque não querem, mas não encontram uma vocação. -----

O concelho de Vila Franca de Xira tem algumas vocações importantes, e uma delas é ligada à área tecnológica, como é o caso da indústria aeronáutica, não valendo a pena às vezes andar, ou vale, por cultura geral, a falar dos "makers", de outras coisas e outros nomes fantásticos e extraordinários, que a maior parte das pessoas não vai perceber, nem quer perceber. Têm-se 2 mil postos de trabalho na maior indústria aeronáutica do país. A maior indústria aeronáutica do país é no concelho de Vila Franca de Xira, na cidade de Alverca do Ribatejo, e o que não se pode permitir é o que aconteceu no passado, que fatores importantes da identidade cultural e económica saiam do concelho para concelhos limítrofes. Isso é que não é possível, seja o Museu do Ar, seja a questão da parte informática que saiu de Alverca do Ribatejo, se não se engana, para ir para Almada, à época.-----

Têm que se criar condições, com a educação, com o ensino secundário que ali





Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 128

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

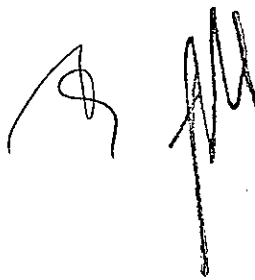
está, e com o ensino superior que é possível atrair, como demonstram concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. É preciso é saber, é preciso apostar, querer fazer, e é possível estabelecer raízes bem fortes para que estes 2 mil trabalhadores se multipliquem, e se possam criar redes de conhecimento que permitam que a população possa crescer, desenvolver-se e multiplicar-se, com mais postos de trabalho, e aí sim ter-se-á a regeneração urbana e a atração da população. Sem isso é difícil.-----

Poderiam falar de segurança, e voltar a entregar aos bombeiros do concelho, que são um fator e pilar importantes da segurança de todos, (e não é só uma responsabilidade do Governo, é uma primeira responsabilidade das autarquias, porque o presidente de câmara é o primeiro responsável da proteção civil do concelho, e consequentemente da coordenação com os seus bombeiros), aquilo que foi retirado há uns anos, o que quer dizer que propuseram à câmara municipal que se voltasse a considerar uma verba equivalente a 80% do custo de aquisição de uma ambulância de socorro. -----

É importante, porque, numa altura em que se vivem dificuldades, estas importantes instituições que prestam socorro e servem todos quando precisam, têm de ser apoiadas verdadeiramente. Ficariam e ficam satisfeitos que se considere em orçamento, e se não fosse por mais nada valeria a pena, porque os bombeiros voltarão a ter algo que lhes foi retirado, e a ter condições de renovar a sua frota, ou outra coisa que entendam como necessária, para poderem prestar verdadeiramente segurança aos cidadãos de Vila Franca de Xira. -----

Poderiam falar no âmbito da segurança rodoviária e identificação dos pontos negros, sendo algo que compete à câmara municipal, e também ao Estado. No entanto, fazendo a parte da câmara municipal, far-se-ia algo muito importante, que era, em primeiro, liderar pelo exemplo, o que é sempre extraordinário, e não é como aqueles que fumam e depois dizem à criança: "Não fumes, porque isto faz mal". Deve-se liderar pelo exemplo, e neste caso estarão nesse domínio e teriam todas as condições de o fazer. -----

Em relação à saúde, mais tarde ou mais cedo, os municípios, a exemplo da educação, terão competências na área da saúde, quer com a promoção do concelho como forma de atração de mais médicos, quer eventualmente no futuro,



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 029

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

doutra forma. O concelho de Vila Franca de Xira tem que se posicionar nesta área, dizendo que é atrativo, um concelho que tem um conjunto de condições, que pode oferecer algo que a câmara municipal deve avaliar convenientemente, e tentar atrair os médicos de família, que fazem tanta falta a muitos milhares de concidadãos. -----

Isto faz parte de um caminho, não faz parte de uma lógica de dizer que se está contra porque se está contra, porque essa lógica verifica-se ou não durante 4 anos, e durante um ano, e é um caminho que pode começar a ser demonstrado, quer na área da educação onde foram implementadas já algumas propostas que têm vindo a fazer, quer na proteção civil, na segurança rodoviária, na área de atração de investimento e por aí fora. -----

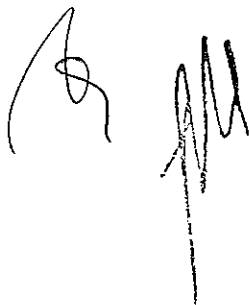
Os membros da Coligação Novo Rumo não querem ser conhecidos por aqueles que mais estão contra. Essa não é a competição que têm, e com certeza que terão momentos para estarem contra e para estarem a favor. Este é um momento de fazerem propostas, e que eventualmente o poder que ganhou as eleições defina se as quer ou não aceitar, se quer ou não cooperar. -----

Se quiser cooperar estarão disponíveis para cooperar e para fazer, em conjunto, crescer o concelho, porque para os próprios o "quanto pior melhor, não chega", o "quanto melhor, melhor para todos", e é assim que deve ser para todos os cidadãos e todos os atores políticos. -----

Prosseguiu, referindo que o Sr. Presidente disse que era para se discutir em conjunto, pelo que, de uma forma simples e rápida, dirá que, em relação ao ponto 1, o IMI, o concelho está na taxa mínima, e é só ver a história, que demonstra as propostas que os membros da Coligação Novo Rumo foram fazendo ao longo do tempo, e a forma como levou a que hoje se tivesse a taxa mínima. -----

Portanto, mais uma vez é só uma questão de ir à procura e verificar que existe um caminho. Hoje Vila Franca de Xira tem a taxa mínima de IMI, o que facilita as famílias, embora objetivamente reduz a receita do município. Contudo, entre reduzir a receita do município e beneficiar as famílias, dever-se-ia estar com as famílias, e foi o que fizeram ao longo dos anos. -----

Relativamente ao ponto 2, a Derrama, os membros da Coligação Novo Rumo não têm nada contra, esperam é que, das reformas que se fala que venham a ser



implementadas, é preciso algum cuidado, porque se se reduzirem efetivamente as receitas do município tornar-se-ão muitos dos municípios do país, e alguns dos maiores, absolutamente inviáveis naquilo que são as suas obrigações.-----

Quanto ao ponto 3, a participação variável no IRS, todos gostariam que a câmara municipal, eventualmente, pudesse abdicar desta receita. Nesta fase respeitarão a proposta que a câmara municipal traz, porque não querem ser acusados de “esganar” financeiramente a câmara municipal. -----

Querem que a câmara municipal, e o poder que ganhou a eleições, sejam testados e provados pelas propostas que têm, não pelas dificuldades artificiais que vão sendo criadas. Monitorizarão a receita que daí virá, e avaliarão, no próximo ano, que medida deverão fazer em matéria de redução de IRS, ou de alterações do financiamento das autarquias locais.-----

Esta é a posição ou a avaliação que têm, e podem reservar-se para mais tarde, se for o caso, para uma intervenção final.-----



O Sr. Presidente interveio, referindo que antes de passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente dará umas notas muito breves, recuperando uma afirmação do Sr. Vereador Paulo Rodrigues, que a dado momento disse “nada de novo”. Desta forma, retribui à CDU, “nada de novo”.-----

O PS já está habituado a este tipo de intervenção, e de umas contas muito rápidas, se calhar nem 300 milhões de euros chegavam para tudo o que os membros da CDU colocaram, e há muitas das coisas que também comunga como necessárias. --

A vida é o que é, a realidade é o que é, e tem que reconhecer que o Sr. Vereador Nuno Libório colocou as questões no sítio certo, no início da sua intervenção, mas depois foi por ali fora. Começou bem, ao dizer que é um orçamento difícil, num momento complicado, e não vale a pena estar a referir, porque todos conhecem as dificuldades que o país travessa, que têm reflexo nas autarquias.-----

Na sua própria intervenção, num ou outro aspeto referiu a quebra acentuada das receitas, e de maneira que não há milagres, apesar de reconhecer que algumas das matérias colocadas pelos Srs. Vereadores da CDU são necessárias, e se calhar, se houvesse condições financeiras para o efeito, também se recuperavam.-----

Há questões de requalificação da zona ribeirinha que, como se sabe, só se conseguirão desenvolver caso os fundos comunitários e as candidaturas que a

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata 031  
Reunião de 2014/10/30  
Procº \_\_\_\_\_  
Deliberação nº \_\_\_\_\_

câmara municipal irá apresentar assim o permitam. Por isso, o executivo trabalhará como sempre tem feito, no sentido de se conseguir aproveitar tudo aquilo que for possível em termos de fundo comunitários. -----

É com orgulho que diz e repete, presta uma homenagem a todos os que trabalharam nesta matéria, que fizeram um trabalho extraordinário, permitindo que o município fosse aquele que mais verba conseguiu desenvolver, em termos de trabalho, principalmente de requalificação da zona ribeirinha, e aquele que também permitiu que houvesse cerca de 146 000,00€ de área financeira distribuída "per capita" pelos munícipes, sendo, de facto, uma questão que não se deve esquecer. -----


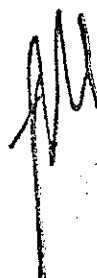
Julga que neste particular todos o acompanharão, apesar das diferenças que terão sobre determinadas matérias, pois há questões que são claras, todos querem o mesmo. Crê que todos querem o desenvolvimento do concelho, todos querem o melhor para o município, para a sua população, e é isso que motiva a todos.-----

Provavelmente os membros da CDU fariam as coisas de uma outra forma, e certamente que para desenvolver todas as atividades que colocaram iriam conseguir receitas que seriam o dobro ou o triplo daquelas que se irão conseguir, mas não sabe como é que o fariam.-----

Como já disse o ano passado, na discussão do plano e orçamento, cada vez mais se irão ter orçamentos mais reais, de acordo com as possibilidades de encaixe de receitas. No passado tinham-se orçamentos com valores substancialmente superiores, mas advinham justamente dos fundos comunitários. -----

Também já se falou das questões do imobiliário, e efetivamente basta ver o comportamento daquilo que têm sido os alvarás, as taxas que advém do urbanismo, para verificar um decréscimo acentuado, apesar de que este ano tem-se tido um comportamento razoável. Continua a haver muita procura, de pessoas que querem fazer a reabilitação das suas casas, legalizar as suas casas e, sobretudo, muitas empresas que querem legalizar e ter as autorizações da licença de utilização, e a câmara municipal tem feito um trabalho de apoio a essas mesmas empresas.-----

Quando se diz que a câmara municipal não apoia o mundo empresarial, não é preciso andar com grandes parangonas a deitar foguetes, porque esse é um

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 032

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

trabalho que se faz no quotidiano, no dia a dia, na relação que se tem com os empresários. É um trabalho feito naturalmente, que se vai continuar a fazer, e esta ajuda na regularização tem permitido que algumas empresas deixem de ter um problema e um garrote que terminaria na insolvência, sendo que na próxima reunião de câmara vem uma proposta nesse sentido, de permitir excecionar algumas isenções, ou a diminuição da fiscalidade em termos de taxas. É desta forma que se está a ajudar as empresas, manter os postos de trabalho e criar mais postos de trabalho. -----

Há um conjunto de questões que foram colocadas, que depois, de uma forma mais detalhada, o Sr. Vice-Presidente irá referir, mas não pode deixar de dizer, quando se diz que se deve olhar para o Tejo, que se alguém olhou para o Tejo foi o Partido Socialista, com a requalificação que tem vindo a fazer ao longo destes anos. Os seus membros são ambiciosos e querem mais. -----



Falou-se na Vala do Carregado, o próprio falou também na possibilidade de alargar o parque linear ribeirinho até Alverca do Ribatejo, sendo esta uma matéria em que o executivo irá trabalhar, no sentido de encontrar soluções, que como se sabe não são fáceis, estando-se mais uma vez dependente de fundos comunitários, pois de outra forma o orçamento da câmara municipal não tem condições de suportar. Cabe ao executivo, com a sua ambição, ir à procura de meios financeiros para o efeito. -----

Regista, com agrado, aquilo que o Sr. Vereador Rui Rei referiu, em representação da Coligação Novo Rumo, e pensa que, de facto, tem que se ter uma atitude de cooperação, de tentar encontrar parcerias. Mais tarde esse juízo far-se-á nas eleições, e as pessoas, nessa altura, vão verificar se vale a pena continuarem e manterem a confiança de quem está hoje a gerir a câmara municipal, ou eventualmente tomarem outra atitude. -----

Considera que as pessoas são, neste particular, soberanas, e, com tranquilidade, crê que valerá a pena absorver todas as propostas que parecem construtivas, que se podem absorver, o que em muitos momentos o executivo tem feito, com a humildade democrática que tem. Há muitas propostas apresentadas em reuniões de câmara durante o ano, e algumas delas têm sido acolhidas. -----

Agora está-se a falar de outra coisa, das grandes opções do plano para 2015, e é





Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **033**

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

nesse particular que ficou na expectativa que houvesse a apresentação de um conjunto de sugestões e propostas, mas essas propostas vieram só de uma das bancadas da oposição, da Coligação Novo Rumo.-----

Foi um trabalho que se esteve a analisar, e pode dizer que as propostas tiveram, na sua generalidade, acolhimento, porque vêm também ao encontro daquilo que o executivo pensa que deve ser o trabalho com as famílias, educação, bombeiros, proteção civil. Foi portanto uma série de matérias que teve acolhimento com alguma análise, e conseguiu-se incluir no orçamento.-----

Também se incluiu uma matéria que é importante, a revitalização e dinamização dos mercados do concelho. Para isso é necessário fazer obras de recuperação, e por isso há questões que se prendem com mercados, como os de Vila Franca de Xira e do Forte da Casa, em que é necessário ter obras para a sua melhoria. Isso só não chegará, é preciso encontrar outras soluções, como por exemplo a iniciativa que foi promovida pelo clube taurino, com o apoio da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira e também da câmara municipal, o Festival das Sopas, no mercado de Vila Franca de Xira. Este é um mero apontamento, mas é a abertura de um caminho que pode dinamizar e atrair pessoas aos mercados.-----

Há também uma questão que não cabe só à câmara municipal, mas também aos comerciantes, que têm de perceber qual é o caminho que querem seguir, porque as questões dos horários são absolutamente decisivas. No entendimento da câmara municipal alguns dos horários estão absolutamente desadequados, para aquilo que são as necessidades da população.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando todos os presentes, e mencionando que o executivo apresentou este orçamento para 2015, como o Sr. Presidente já disse, com um clima de incerteza relativamente ao comportamento económico do país e da Europa, e também com alguma incerteza legítima e reforçada com as declarações da OCDE sobre o orçamento de Estado que o governo apresentou para 2015, alguma dúvida relativamente à capacidade objetiva de conseguir vir a executá-lo.-----

O executivo municipal fez e apresentou este orçamento num contexto de profundas alterações ao regime das autarquias e das finanças locais, e os documentos traduzem, sob o ponto de vista técnico, não podendo deixar de



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 034

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

acrescentar esse dado, uma dificuldade, por um lado, acrescida, mas também demonstram uma capacidade técnica dos serviços de preparem já estes novos documentos às alterações legislativas que entretanto saíram, que ainda não estando regulamentadas, a verdade é que se tem um elemento importante para a gestão do município.-----

O executivo faz esta proposta com grandes expectativas quanto ao que possa vir a ser o futuro quadro comunitário de apoio, que, como disse o Sr. Presidente, já leva um ano de expectativa relativamente ao desenho que possa vir a ter. Tudo indica, pelo menos são as indicações que se têm de momento, que em novembro ele estará na rua e a câmara municipal poderá começar a organizar as candidaturas.---

O plano e orçamento têm também a característica de contar para o seu encerramento e para a sua organização final, com a inclusão do saldo e da conta de gerência, que virá a esta câmara municipal e à assembleia municipal em momento próprio, e por isso, tecnicamente, estas são as bases da construção do orçamento.-----

Ele é, sobretudo, um orçamento aberto e democrático, e por isso foi remetido aos elementos da câmara municipal, para se poderem acolher, tanto quanto possível, por um lado, e se fosse essa a vontade das oposições, propostas que pudessem vir a ser incluídas, o que aliás se conseguiu fazer, e aí estão os documentos para demonstrar, e a diferença de atitude nos dias que precederam a esta reunião, e também nas intervenções de hoje, entre a Coligação Novo Rumo e a CDU, que foram claras e patentes para todos.-----

Do lado da CDU, sistematicamente, as propostas que chegam, não sobre os documentos estratégicos do município, porque relativamente a esses nada teve a dizer, são sistematicamente de maior despesa, sem qualquer preocupação relativamente à receita.-----

Aliás, tem uma característica particularmente interessante, porque às vezes, não só faz propostas que aumentam a despesa, como as faz acompanhar de propostas que reduzem a receita. Esta atitude não augura nenhum tipo de vontade de gerir o município, nem demonstra nenhuma responsabilidade para o querer fazer, nem tão pouco para o vir a fazer.-----

Aliás, o comportamento que a CDU tem tido nesta câmara municipal é

manifestamente diferente do comportamento que tem noutras câmaras municipais, nomeadamente onde é poder, uma vez que, em regra, nesses concelhos a fiscalidade sobre as famílias e empresas é mais cara do que no concelho de Vila Franca de Xira, e estão a favor disso. Nesses concelhos o nível de investimento é mais baixo do que no município de Vila Franca de Xira, e estão a favor disso. Nesses concelhos a gestão é menos sólida do que tem sido no município de Vila Franca de Xira, e estão a favor disso. Nesses concelhos, por regra, não há recursos a contratos-programa para a antecipação da resolução dos problemas das pessoas, como o executivo de Vila Franca de Xira, que tem colaborado com todos os governos, PS ou PSD, com muita facilidade, para a construção de equipamentos de saúde, para a intervenção em equipamentos de educação que, não sendo da competência municipal, através de contratos-programa conseguem-se recuperar antes do Estado o poder fazer. Enfim, nesses concelhos estão a favor, e neste, por regra, estão contra.-----

Também o contrário é verdade, o executivo tem contado com a CDU de outros concelhos para alguns investimentos importantes em Vila Franca de Xira, como foi o caso da CDU de Benavente e do município de Benavente, na comparticipação das acessibilidades ao novo hospital, e na mesa desta câmara municipal tem-se contado sistematicamente com o voto contra da CDU, relativamente a um investimento que é importante para o concelho de Vila Franca de Xira. -----

Nessa perspetiva, efetivamente, nada disseram na preparação dos documentos previsionais para 2015, e hoje também nada disseram de relevante para o que é o futuro do concelho, e sobretudo o que é o futuro do município em 2015. -----

Realça, relativamente à matéria do plano de 2015, que é o que hoje se apresenta, três aspetos que parecem fundamentais na análise dos documentos. Este plano e orçamento é solidário, responsável e ambicioso.-----

É solidário na receita e na despesa. É solidário na receita, porque mantém nos níveis mais baixos do país e da Área Metropolitana de Lisboa, tudo o que são as contribuições fiscais relevantes para o conjunto dos agentes económicos municipais. Mas é sobretudo um orçamento e uma proposta solidárias na despesa, porque faz um enfoque muito especial nos serviços de apoio à família, na oferta de manuais escolares às crianças que necessitam de apoio social escolar, nas



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 036

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

refeições e reforços alimentares às crianças, no apoio para as escolas, no apoio à rede social, às famílias carenciadas, às instituições particulares de solidariedade social - IPSS, ao movimento associativo, e também às juntas de freguesia. Por isso, é um orçamento solidário.-----

Continuou, dando duas notas, porque foram alvo de referência pelos vereadores que o antecederam. Quanto à oferta dos manuais escolares, a mesma corresponde a uma estratégia planificada a 4 anos, e de ano para ano está-se a proceder à oferta dos materiais escolares às crianças que necessitam de apoio social escolar, escalão A e B. Neste momento a câmara municipal já entregou os manuais ao 1º e 2º ano, e para o ano, já estando previsto no orçamento de 2015, far-se-á essa distribuição ao 3º ano, e no ano seguinte também ao 4º ano.-----

O executivo defende, como se sabe, que o Governo deveria determinar uma política de elaboração dos manuais escolares que permitisse a sua reutilização com eficácia por parte das crianças. Os interesses, nomeadamente das editoras, não são esses, e a verdade é que o Governo, os governos, e não faz uma referência específica ao Governo do momento, têm sido incapazes de conseguir inverter a política de elaboração de manuais escolares, que, sob o ponto de vista da reutilização, não apresentam a qualidade necessária, sobretudo nos primeiros anos de ensino, que são os que têm interesse e da competência no âmbito do município. Sob o ponto de vista da oferta dos manuais escolares, a política é ajudar mais quem mais precisa, e aí o executivo cumpre totalmente o que é o seu desígnio solidário.-----

Relativamente ao movimento associativo, é absolutamente falso que a câmara municipal seja concorrente, mas é absolutamente verdadeiro que o município é parceiro do seu movimento associativo, e um suporte essencial, não só para a sobrevivência do movimento associativo e para a realização das suas atividades, mas, através dele, para a garantia e solidez de muitas centenas de famílias do concelho. Por isso, o envolvimento que as IPSS têm na gestão da câmara municipal, não só das áreas escolares, mas também no apoio à família nas mais diversas vertentes, é absolutamente essencial. -----

O orçamento da câmara municipal, para além de ser solidário e responsável, é também ambicioso, e é ambicioso porque é um orçamento que acredita nas



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 037

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

-----  
pessoas, acredita nos parceiros locais, acredita nas IPSS, nas associações de pais, nas coletividades que são apoiadas, mais do que com subsídios para o seu funcionamento, com trabalho e envolvimento concretos no desenvolvimento das suas atividades. -----

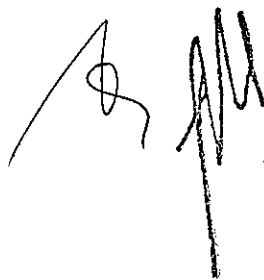
É um orçamento que acredita e acrescenta futuro ao concelho, porque procura facilitar o investimento por parte dos investidores interessados em investir no município, procura modernizar os serviços municipais, e aposta fortemente na educação e na escola a tempo inteiro. -----

Referiu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que ainda se fica com o problema de horários duplos em duas freguesias, e é exatamente para combater os horários duplos e a instalação da escola a tempo inteiro, que o Partido Socialista tem vindo ao longo destes anos a resolver um problema que era das 11 freguesias, e que agora está limitado, não só a 2 freguesias, mas em muito poucos estabelecimentos escolares dentro de cada uma dessas freguesias. O ano de 2015 será aliás importante, mais um ano importante sob esse ponto de vista, porque ir-se-á resolver o problema dos horários duplos no Sobralinho. -----

É também um ano particularmente importante porque vão arrancar as obras na escola nº 2 de Vialonga, que procura, mais uma vez resolver um problema que não foi o Partido Socialista que criou, porque não foi o mesmo que, na fase inicial da democracia, deixou fazer um conjunto de construções sem qualidade, sem equipamentos adequados e sem condições de concorrência sob o ponto de vista da qualidade habitacional no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa. -----

Relativamente ao apoio à família, realça o contínuo interesse também num projeto que é do Partido Socialista e só nasceu com o Partido Socialista, o da extensão do apoio à família, nomeadamente nas atividades de tempos livres – ATL, e na extensão do horário do pré-escolar, que mais uma vez vai atingir percentagens de adesão muito grandes no concelho. Aí, mais uma vez é também uma marca do Partido Socialista, ajudando mais fortemente quem mais precisa. -----

É também um orçamento que aprofunda novos mecanismos de participação pública, e investe na participação cívica, e por isso é que projetos como a universidade sénior, a formação para todas as idades, o voluntariado, o orçamento participativo, continuam a ter uma relevância importante neste orçamento de



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 038

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

2015. Questões atuais da sustentabilidade e da modernidade, como o combate às barreiras arquitetónicas e acessibilidade, estão presentes em todas as políticas do executivo, em todas as suas construções, e em todos os momentos que intervém no espaço público. -----



Por isso, a relevância datilográfica, no plano, não é a importância profunda e enorme que tem na ação diária do executivo em todas as áreas da câmara municipal, e por isso é que se aumentou o espaço verde exponencialmente, e cada vez que se aumenta ele é acessível, e por isso é que quando constrói escolas elas são acessíveis, e por isso é que quando intervém no espaço público ele passa a ser acessível. -----

É também um orçamento ambicioso no que toca à qualidade ambiental e à maior sustentabilidade do concelho. Os investimentos que a câmara municipal tem feito, e continuará a fazer nesta área, continuarão a colocar o município no mapa do que melhor se faz na Área Metropolitana de Lisboa. -----

Os estudos que estão neste momento em curso, que incluem, entre outros, a carta de equipamentos desportivos, o estudo para a estratégia da reabilitação urbana, o plano municipal do ambiente e o plano de turismo e marketing, são absolutamente fundamentais para ajudarem, não só, a construir a estratégia e afiná-la a todo o momento, mas sobretudo para garantir que a câmara municipal continuará a ser, com o próximo quadro comunitário de apoio, um município com elevadíssimas taxas de aproveitamento dos fundos europeus. -----

Recorda que à data da semana passada Vila Franca de Xira era, junto de todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, o município com maior valor bruto utilizado de verbas europeias e maior valor "per capita" de utilização dessas verbas. Essa é uma vontade do executivo, tem sido uma realidade, e será seguramente uma atitude do executivo para 2015. -----

Este plano para 2015 é também, mais uma vez, uma aposta claríssima na cultura, não só na produção cultural dos parceiros locais, mas na consolidação de um projeto de dinamização cultural do património. Vila Franca de Xira está hoje, no quadro da Área Metropolitana de Lisboa, com elevados índices de reconhecimento a nível nacional, não só pelo trabalho desenvolvido no calendário cultural, mas também pelo trabalho desenvolvido nos museus, e pelo trabalho desenvolvido na

investigação, sendo essa uma marca que deve orgulhar, e que deve manter e orientar o executivo para o ano que vem, e este plano assegura isto.-----

Relativamente ao desconhecimento que os membros da CDU manifestam quanto ao calendário cultural, e ao reconhecimento que o país atribui ao município de Vila Franca de Xira nesta matéria, sugere que aproveitassem o plano de 2015 para participarem um pouco mais nas atividades culturais que o executivo desenvolve no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Terminou, referindo que crê que, de uma forma geral, deu resposta a algumas das questões colocadas.-----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando quem mais quer tomar a palavra, para uma última ronda, e depois se passar à votação dos pontos. -----



Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU, deliberadamente, não apreciaram alguns dos assuntos que estão também na ordem de trabalhos, e farão depois as respetivas declarações de voto.-----

De qualquer forma, pensam que se deveria refletir um pouco relativamente à forma da discussão destes documentos, e provavelmente o regresso à situação anterior, de assunto/votação, simplificaria e ajudaria à compreensão e à própria intervenção dos grupos políticos. Enfim, poderá fazer-se para o ano, pois neste ano já não dá. Não falaram, mas vão depois fazer, aquando das votações, pequenas e circunstanciais declarações de voto.-----

Continuou, dizendo que o PS diz que não há nada de novo, e os membros da CDU disseram, há 8 dias atrás, e confirmam-no, que, de duas uma, ou o PS vive no “reino da fantasia”, ou nega a realidade do seu próprio concelho, e qual delas a pior.-----

O que são as grandes opções do plano? À parte dos detalhes técnicos sobre os quais não se vão pronunciar, no entendimento que têm são coisas muito simples, naturalmente com um elevado grau de complexidade. São instrumentos orientadores do exercício da atividade num determinado horizonte temporal, e acrescentam que são linhas de desenvolvimento estratégico, constituídas pelo PPI e pelas atividades mais relevantes. -----

Pensa que foram muito claros na forma como se posicionam perante este momento, porque o que há de mais para registar é a inexistência de programação,

de visão, nem tão pouco para os problemas imediatos existe capacidade de resposta.-----

Há sempre uma tentação recorrente do PS, verdade seja dita, de, para justificar o seu fracasso e a sua política fracassada destes últimos anos no concelho de Vila Franca de Xira, desesperadamente querer comparar atos de gestão ou exercícios de gestão autárquica com outros concelhos da região.-----

É pena não dar os exemplos da política empreendedora de Almada, e é lamentável que não se fale da política do associativismo do Seixal, ou por que razão não se fala da defesa das competências da municipalização dos serviços públicos municipalizados de recolha de resíduos sólidos em Loures, e da defesa do caráter intransigente da Empresa Geral de Fomento. -----



É pena também o Partido Socialista, que há tantos anos gere esta câmara municipal, não admitir o que é que resulta dos 250 000,00€ da Jangada Cultural. O que foi feito desse grande investimento? Foi bandeira, antes e depois das eleições, e está perdida, provavelmente andará ou navegará noutras águas. -----

A incompetência do rio Grande da Pipa não é técnica, é política, porque, chamada à atenção, a gestão da câmara municipal PS ignorou o alerta da CDU de que para se fazer uma obra desta natureza era preciso tratar de uma coisa tão simples, ter posse ou autorização dos donos dos terrenos. -----

Por que é que não falaram do robotarium? O próprio fala de pequenas coisas, mas é a competência do executivo, espelhada nestes pequenos exemplos, 100 000,00€ de aquisição, mais 100 000,00€ de reparação, para não servir nada nem ninguém neste momento. -----

Quando ouviram o PS a falar que concelho foi este, e o que é que aconteceu nestes anos de gestão errada da CDU, lembram que, pior que errar é nada fazer, e chamam à atenção que se o PS continua obstinado na sua política de manter o concelho suspenso e dependente de todo o tipo de interesse que não é o interesse público e da defesa das populações, resulta naquilo que o próprio dirá agora, que é, por exemplo, uma área industrial como a da Previdente estar dependente da evolução ou não de um compromisso imobiliário. É, por exemplo, não ignorando as dificuldades financeiras e exigência técnica para a execução de infraestruturas, utilizar-se a capacidade de empréstimo contratada para fazer a variante de Alverca



para fazer a construção dos acessos para a plataforma logística da Castanheira do Ribatejo, ou então utilizar recursos financeiros do município para fazer os acessos rodoviários da parceria público-privada da área da saúde, vindo depois o PS dizer que não há dinheiro para comprar alcatrão, ou que não se pode resolver o problema das AUGI, pois é um problema que herdaram.-----

Por fim, quanto à política de desenvolvimento, é verdade, e dá o exemplo, triste e com consequências que podem até ser trágicas para o desenvolvimento económico do concelho, de se terem e manterem áreas industriais, com potencial de desenvolvimento económico poderosíssimo, do ponto de vista da sua mais-valia para o concelho, dependentes ou não de evolução de centros comerciais em Alverca do Ribatejo.-----



Portanto, os membros da CDU gostariam de dizer que não é preciso repetir para ficarem convencidos que estão a ser sérios, rigorosos e verdadeiros, mas é profundamente lamentável que o Partido Socialista não reconheça nenhuma das validades das suas propostas, e que venha dizer nesta reunião de câmara que as mesmas são exequíveis. Houvesse vontade política para as concretizar, num tempo definido por todos, e seguramente que este concelho hoje não estava a enfrentar o drama que hoje enfrenta, e que é também por culpa da incompetência da gestão política da câmara municipal.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso tomou a palavra, dizendo que o Sr. Presidente referiu há pouco que os membros da CDU são sempre os mesmos.-----

Interrompeu o Sr. Presidente, mencionando que não disse isso, o que disse foi "nada de novo".-----

Prosseguiu a Srª Vereadora, dizendo que é claro que não são sempre os mesmos, porque vão mudando, mas de facto é "nada de novo", porque há coisas que não podem ser alteradas. Em relação ao Partido Socialista também, e apetecia-lhe dizer novamente "nada de novo", porque ao ouvir o Sr. Vice-Presidente deu-lhe até a sensação que estava a ouvir a ata do ano anterior. Portanto, de facto "nada de novo", mas há coisas que gostavam de esclarecer.-----

Quando se fala no IMI e na taxa aprovada neste mandato, no ano anterior, questiona quem é que afinal fez a proposta, pois às tantas fica baralhada. Quando dá jeito ao Partido Socialista, nesta câmara municipal e nas assembleias de

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 042

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

freguesia do concelho, diz: “o Partido Socialista, a bem da população, decidiu diminuir a taxa de IMI”. No entanto, quando dá jeito de outra maneira: “o Partido Socialista foi obrigado, pela oposição, a diminuir a taxa de IMI, o que veio prejudicar, em muito, em mais de 2 milhões de euros, o orçamento da câmara municipal”. Aí, já não é só a CDU, é pela oposição.-----

Fica baralhada, pois por um lado dá jeito que seja a CDU a levar com as culpas, mas depois, quando a população diz “ainda bem que vivemos num concelho com taxa reduzida”, já foi o Partido Socialista, que foi o grande mentor desta proposta.-- Particularmente não gosta muito de chamar outros concelhos, porque cada um sabe de si, e nesta casa estão os presentes. -----

Desta forma, pensa que às vezes dá muito jeito em falar de outras coisas.-----

Continuou, dizendo que quanto à solidez do orçamento, irão ver, no relatório e contas, e todos esperam que não apareçam por aí surpresas bastante desagradáveis.-----

O Sr. Vice-Presidente disse que a CDU é sempre contra ao facto do Partido Socialista avançar e tomar para si as obras que são da competência do Governo central, nomeadamente nas escolas e centros de saúde, e o que pede ao Sr. Presidente é que lhe dê um exemplo de uma obra de centros de saúde e escolas em que a CDU tenha votado contra, para perceberem. Parece-lhe a história das AUGI. Toda a gente sabe a posição da CDU, mas depois, afinal, que posição é essa? Na questão das obras é exatamente a mesma história, a “lengalenga” do costume, e pede desculpa pela expressão.-----

Consideram que a câmara municipal deveria gastar o seu orçamento noutras obras que são da sua responsabilidade, mas se de facto o Governo não avança para aquelas que são as suas competências e obrigações, há necessidades imperiosas, e o voto da CDU está lá, e estão tranquilos nesse assunto. -----

Sobre as escolas e a educação, a CDU deixou um “pesado fardo” para o Partido Socialista, e nem sabe como é que os membros do PS, em dezembro de 1997, quando ganharam as eleições, não desistiram logo, porque o fardo, de facto, era assim tão grande. Não sabe como é que tiveram coragem para pegar no município, que, na perspetiva que têm, era completamente obscuro e obsoleto. Tiveram essa coragem, as “trevas” terminaram, e agora o sol brilha para todos.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 043

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_


No entanto, muitas das escolas que ainda hoje existem são da gestão da CDU, que, quando em 1984 a administração central passou para os municípios algumas das competências, não se fez de rogada e meteu mãos à obra. É evidente, numa altura onde o ensino não era visto como é hoje, não havia escola a tempo inteiro, e os edifícios que estão construídos estão numa perspetiva diferente daquela que, felizmente, hoje existe, porque a sociedade altera-se, e todos querem que seja para melhor. Mas o que é facto é que a qualidade dos edifícios da época é muito melhor do que a que se tem hoje, bastando ir à escola da Quinta das Índias. Não tem dúvida nenhuma, é uma escola com 6 anos, já para não falar na escola da Cevadeira, na Castanheira do Ribatejo, que está como está. -----

Gostariam imenso que a história das ATL e das atividades de enriquecimento curricular – AEC, e tudo isso, fosse de facto resolvida, mas o certo é que as AEC funcionam, em muitos casos, em contentores, e não veem nenhuma resolução para este problema. Os ATL funcionam em contentores, e deve dizer que há casos que existem no concelho em que são os pais que têm de pagar o contentor, e a câmara municipal diz “não temos nada a ver com isso”. -----

Então, para o bom, o ATL é da responsabilidade da câmara municipal, e para o mau é da responsabilidade dos pais? Deve-se ter também um pouco de bom senso, para não lhe chamar outra coisa, e fala, por exemplo, num aluguer que pode custar 500,00€ por mês aos pais das crianças, em que a câmara municipal não faz nada, deixando uma verba a definir para resolver a problema da falta de espaço. -----

Sobre o apoio aos manuais escolares, pensam que é tão natural que se forneçam os manuais aos alunos de escalão A e B, e que é uma questão até de obrigação moral, nem sequer é política. Aquilo que seria necessário, e é evidente que a questão dos manuais escolares e a forma como são feitos também é importante, é que a câmara municipal tivesse outra perspetiva, que pudesse fornecer os manuais escolares, pois às vezes os escalões A e B nem sequer resolvem o pagamento na íntegra desses materiais. -----

Para terminar, quanto às ajudas às juntas de freguesia, as juntas fazem aquilo que são as responsabilidades do município, que depois são descentralizadas, e a CDU, que, de facto, deixou este município nas “trevas”, tinha acordado, por exemplo, a questão da percentagem que é dada às juntas pela cobrança da água que faz, o

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 1144

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

que, nalguns casos, é uma verba importante para o próprio orçamento das juntas. - Parece-lhe que há agora um volte face na matéria, e também era importante, se não hoje, noutra altura, clarificar, no sentido de que "é um acordo muito antigo, vamos rasgá-lo, e ponto final".-----

Ir-se-á ver, a própria está presente para aprender sempre, como dizia o outro "amigo da barba", pois pelos vistos agora é moda, e estão todos presentes para isso.-----

Ainda, considera que quando se diz que a câmara municipal é parceira do movimento associativo e não está em concorrência, de facto está. Então quando se dão pistas e depois se cobram valores mais baixos, o que é que isso é?-----

Interrompeu o Sr. Presidente, pedindo desculpa, mas referindo que não entendeu.--



Continuou a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que repete, pois deve-se aprender e esclarecer sempre. Quando há duas pistas, em que uma é cobrada num valor, e outra noutro valor mais baixo, o que é que se está a fazer? -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que depois da intervenção que se seguirá do Sr. Vereador Rui Pereira, da intervenção da Coligação Novo Rumo, da do próprio e da do Sr. Vice-Presidente, passar-se-á à votação dos pontos.-----

O Sr. Vereador Rui Pereira interveio, referindo que não tem o acompanhamento que a maior parte dos outros vereadores neste executivo tem, e reconhece que a sua disponibilidade para poder analisar doutra forma mais abrangente este documento, que é bastante extenso, e que levaria a que se pudesse falar de muitas outras coisas, não é a mesma, mas ressalva só duas ou três situações. -----

Em primeiro lugar, a questão das comparações com os de fora, com a CDU aqui e acolá. Pode dizer que o Sr. Presidente até se esqueceu de diferenças de tomadas de posição da CDU, se calhar, na freguesia de Vila Franca de Xira e noutras freguesias do concelho, o que acontece, porque felizmente a CDU não é um único corpo. Aqui, ali e acolá, tal como as outras forças políticas, é constituída por pessoas. -----

Relembra, por exemplo, e pega até nas palavras do Sr. Vereador Rui Rei, que de certeza não se importa, quando diz que o partido dele em Vila Franca de Xira é diferente do partido dele no Governo, e o próprio acredita. Assim como o PS, em Vila Franca de Xira, é diferente do PS de Azambuja. É natural, as pessoas são



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 045

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

outras, e se fossem os mesmos, com as mesmas ideias, nos sítios diferentes, aí é que aceita que seriam iguais em todo o lado. -----

Bastas vezes se fazem comparações com os concelhos de fora, os que fazem lá e os que fazem cá, mas são opiniões. Não quer afirmar que os de Vila Franca de Xira é que estão certos e os outros estão sempre errados, ou o contrário, o tempo tem essa coisa boa, e há de haver situações em que uns vão estar certos e outros vão estar errados, nem sempre serão os mesmos. -----

Em relação ao documento que é trazido, os membros da CDU levantaram a questão, que não estão a falar da questão técnica, nem sequer a pôr em causa se as contas estão ou não corretas, e o próprio foca-se no que disse o Sr. Vice-Presidente, que as propostas da CDU vão num sentido único, a redução de receita e o aumento da despesa, somente, o que considera ser mentira. -----

Quando dizem, em quase todas as reuniões, que o que tem faltado a este concelho e ao país são estratégias de longo prazo, são planos estratégicos de longo prazo nas várias áreas, definição de políticas, o que se quer para Vila Franca de Xira? Qual é a identidade que se quer, seja cultural ou económica? O que se quer que o concelho seja? Pensam que ainda faltam esses instrumentos, que vão aparecendo amiúde. -----

Quando debatem que há falta de definição daquilo que quem governa o concelho quer para o futuro, e que não passa de uma “navegação à vista”, o que vão vendo, (e a prova está neste documento, como foi referido pelo Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente e o próprio Sr. Presidente do conselho de administração dos SMAS), são orçamentos de muita cautela, e nota-se isso. Quando as verbas a definir ultrapassam as que já estão definidas, ainda não se sabe bem o que se vai fazer, o que mostra o tal sentido de “navegação à vista”, não haver um plano gizado a médio ou longo prazo, trabalhando-se para o curto prazo. -----

Essa tem sido a crítica constante da CDU, e se calhar com isso, do que não tem dúvida nenhuma, sairá sempre mais caro, e aí sim gasta-se sempre muito mais dinheiro tentando remediar, do que fazer o planeamento e prever o que poderá correr menos bem. -----

Isso tem faltado ao concelho, e se calhar também faltou alguma coisa nos anos em que a CDU foi poder ou governou o município. Também se estava numa outra fase



do desenvolvimento do que era a democracia e o que era o poder local democrático. Felizmente hoje já aprenderam, ou têm possibilidade de aprender muito com os erros cometidos também no passado. -----

Essa é a grande crítica que quer deixar, e não é verdade que as propostas sejam sempre num sentido, gastar muito mais e poupar nas receitas, ou seja, recebendo menos querem gastar mais, o que não é verdade. O que pensam, e nesse aspeto não têm sido “ouvidos”, com lesões definitivas para o que é o funcionamento do concelho, é que não há um planeamento consistente, e a definição da política real do que se quer para as várias áreas em que a câmara municipal tem responsabilidade. -----

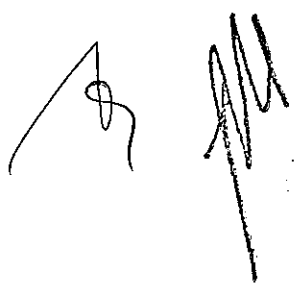
Interveio o Sr. Presidente, dando a palavra ao Sr. Vereador Orlando Silva, dizendo ser um prazer vê-lo nesta reunião de câmara. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Orlando Silva, cumprimentando todos os presentes, referindo que é um gosto para si estar presente, passando de seguida a ler a declaração de voto dos membros da Coligação Novo Rumo relativa ao ponto 4 da ordem do dia, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, com a sua perspicácia viva deu conta que o discurso do PS é um discurso constante, assente em três pilares que para os seus membros são fundamentais na ação que têm, solidariedade, responsabilidade e ambição. -----

E é exatamente esse “isco” que foram lançando nesta reunião, a que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso respondeu e muito bem, dando conta dessa coesão, organização e planeamento, que aliás dá resposta às questões levantadas pelo Sr. Vereador Rui Pereira, que chama a atenção verdadeiramente para a necessidade que existe de planificarem, estruturarem e garantirem coerência na ação. -----

Mas a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, para além da perspicácia que tem, ou por causa dela, coloca a questão fundamental, que é o que é que os motivou, no final da década de 90, não só a concorrer e a ganhar o município de Vila Franca de Xira, mas o que os motivou a não ficarem assustados com o que encontraram, antes pelo contrário, foi desenvolverem o trabalho que têm feito, e essa é que é a questão fundamental. -----



Fl. Livro \_\_\_\_\_



Fl. Ata 047

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Aquilo que mobilizou os membros do PS naquela altura é exatamente o que os mobiliza agora, queriam, querem e fazem orçamentos mais rigorosos do que se tinha naquela altura, querem e fazem mais cultura, querem e fazem mais escolas, querem e fazem mais museus, querem e fazem mais equipamentos desportivos, querem e fazem mais serviços de apoio à família, querem e fazem um maior envolvimento com os parceiros locais, querem e fazem uma maior solidez financeira do município, querem e fazem um município que aproveita os dinheiros da Europa para se desenvolver, que qualificou e continua a qualificar o seu espaço público, que requalifica a sua zona ribeirinha, em que, como a Srª Vereadora se lembra, ninguém chegava ao rio naquela altura, que pratica, fomenta e continuará a praticar e a fomentar a participação pública e cívica livre por parte de todos os cidadãos, que apostou e continua a apostar na criatividade, que multiplica a zona verde e a qualificação do espaço público, que aumentou o apoio ao movimento associativo e solidário, e vai continuar a aumentar, bem como aumentou o apoio às juntas de freguesia, apostando nos serviços de apoio ao cidadão.-----  
Mas fez mais, e é interessante, porque toca um ponto que os membros da CDU levantam com alguma acuidade, que tem a ver com o suposto ordenamento do território existente na altura em que a CDU geria a câmara municipal. Foi com o PS, com essa vontade que teve no final na década de 90, e que tem felizmente vindo a concretizar, que se reduziu a pressão habitacional e construtiva no concelho, porque, como se sabe, era muito maior antes deste PDM, que se aumentaram as áreas de desenvolvimento económico, que eram menores antes deste PDM, e que se aumentaram as áreas de proteção ambiental, que também eram menores do que com este PDM. -----  
Essa é a grande vontade e capacidade que fez com que o PS, não só conquistasse a câmara municipal, mas sobretudo a mantenha e desenvolva o concelho, por uma diferença que crê que é uma diferença em que a Srª Vereadora o acompanhará neste reconhecimento, ou seja, tudo isto resulta de uma vontade criadora, que é altamente diferente de uma vontade destrutiva, de quem, ou diz mal por regra, ou vota contra por regra, e termina com a frase a que dá total razão ao Sr. Vereador Nuno Libório na sua última intervenção, que foi, na maior parte, e cita: “está a falar de pequenas coisas”. -----



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 048

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que apela, para depois não haver “azias” às 14h00, que se possa sair mais cedo, para a “azia” ser menor. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador tem toda a razão, e aliás esta questão, mais tarde ou mais cedo vai ter que ter, da parte dos eleitos presentes, alguma reflexão. -----

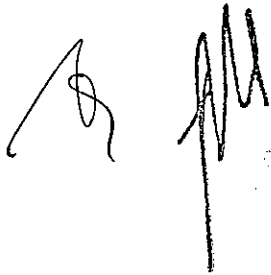
Compreende que a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso esteja “entusiasmada”, porque de facto foi colocada uma série de questões que põe as questões no devido lugar, e os membros da CDU, politicamente, fizeram a demonstração daquilo que pensam que se fossem poder poderiam fazer, mas também reconheceram que quando foram poder também cometeram erros e tiveram algumas dificuldades. Por isso mesmo é que, sucessivamente, nos últimos anos, o Partido Socialista tem ganho as eleições, não foi por acaso. -----

Fez-se uma boa discussão, naturalmente com visões completamente díspares, e a CDU, se fosse poder, como o próprio já referiu, tinha necessidade de ter um orçamento, em termos de receitas, bastante avultado, mas não é possível. É a realidade, e o Sr. Vereador Nuno Libório diz que o executivo vive num mundo de ficção, mas não, vive num mundo de realidade, tem os pés bem assentes na terra, e é justamente por isso que não quer complicações que afligem a generalidade dos municípios do país, de todas as cores políticas.-----

A câmara municipal não quer entrar nesse rol, apesar do executivo achar absolutamente injusto, e refere-o com esta veemência, porque é absolutamente injusto a exigência que é feita de se estar a contribuir para um fundo de apoio municipal. É absolutamente injusto, e estará ao lado de quem pensar da mesma forma em sede própria, para manifestar este desconforto e grande injustiça.-----

Aquilo que pensa é que não se pode ter uma cultura de irresponsabilidade, tem que se trabalhar para uma cultura de responsabilidade, e essa cultura de responsabilidade é aquela que o PS tem tido ao longo destes anos, que aliás os Srs. Vereadores reconhecem. Gostariam que se fizesse uma série de questões, mas o executivo não tem possibilidades de o fazer, porque as receitas são as que são, e não são outras, e portanto tem que se priorizar aquilo que parece mais importante. As prioridades da CDU seriam outras, naturalmente, mas o que diz ao Sr. Vereador Nuno Libório é que as dificuldades que os municípios atravessam são semelhantes.





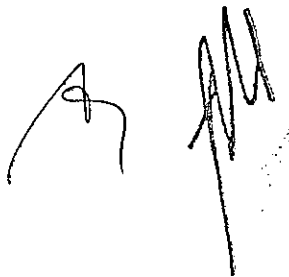
Quem gere é que sabe as dificuldades que tem no dia a dia, não valendo a pena estar com ilusões, e quando se diz que há municípios em que é o “sol da terra”, não é verdade, está nas reuniões do Conselho Metropolitano de Lisboa, onde todos colocam as questões, e partilham-nas. Há uma parceria efetiva das boas práticas que acontecem nos municípios, e, de uma forma absolutamente natural, essa partilha das boas práticas é feita, mas também a das preocupações e dificuldades que cada um dos municípios tem. -----

Há dificuldades reais, as dificuldades económicas e financeiras são reais, não vale a pena escamotear, e não vale a pena dizer que da CDU é que é tudo fantástico e do PS é tudo uma desgraça. Não é verdade, as dificuldades no momento atual são as que são, e não vale a pena ter sobre essa matéria muita conversa.-----

Por isso, de facto, há municípios que não conseguem baixar as suas taxas, é difícil, porque se o fizessem então a catástrofe ainda era maior. Como se quer continuar a prestar um bom serviço público nas áreas que são essenciais, a câmara municipal tem que priorizar as atividades, e por isso o executivo apresenta um plano e orçamento à consideração dos Srs. Vereadores, que parece um plano que conseguirá resolver as questões essenciais, e é nisso que se vai afincadamente empenhar. -----

Há um segundo passo, que tem a ver também com o plano e orçamento, que é a conta de gerência e o respetivo saldo, em que muitas matérias que hoje estão a definir passam a definidas, e por isso mesmo também é um momento em que o debate político vai ser feito, e é a “radiografia” do trabalho executado no ano de 2014. -----

O saldo de conta de gerência é absolutamente imprescindível para se ter um grau de investimento que é necessário, e se vierem fundos comunitários, naturalmente que se conseguirá ir mais longe. É verdade que sim, não vale a pena estar, politicamente, a acentuar o aspeto que durante anos se viveu à conta do imobiliário, e que nos últimos anos se viveu à conta dos fundos comunitários. A câmara municipal tem a obrigação de conseguir atrair as verbas que estão ao seu alcance. É isso que se tem feito ao longo dos anos, e foi assim também que a CDU fez, e por isso mesmo não vale a pena haver ilusões, o discurso tem que ser verdadeiramente realista. -----



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 11511

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Não tem uma ideia catastrófica, porque não vale a pena ir por aí, mas o que é um facto é que, fruto da revolução do 25 de Abril, houve necessidade, de uma forma quase fulminante, de criar as condições possíveis para que toda a população tivesse direito à educação, o que é incontestável. -----



Foram feitas escolas em construção prefabricada, que era a mais rápida e mais barata, que na altura os governos provisórios de então conseguiram resolver com o apoio das respetivas câmaras municipais, mas eram de muito má qualidade. Não é verdade que as escolas do passado fossem melhores que agora, não é verdade, porque as conheceu bem, esteve durante dois mandatos na área da educação, percorreu as escolas todas, viu as dificuldades que tinham, e portanto as escolas foram as escolas possíveis de fazer. -----

Não vale a pena agora dizer que as escolas de antigamente é que eram muito boas, e as que foram construídas pelo Partido Socialista são uma desgraça. Não é verdade, isso não corresponde, o PS construiu boas escolas, com o conforto necessário para quem lá trabalha, sobretudo para as crianças, e é isso que tem vindo a fazer. No âmbito da carta escolar construíram-se muitas escolas, no âmbito da próxima carta educativa ir-se-á ver o que o futuro reserva, das necessidades de novos equipamentos escolares. Há dois em marcha, e ir-se-á ver o que é necessário fazer. -----

O PS acabou com o flagelo que se tinha, que era o do ensino unitário, que foi uma coisa que quando esteve na área da educação o perturbou imenso, e não descansou enquanto não se conseguiu acabar com esse flagelo, que esse sim era um flagelo, pois para as pobres professoras, pelo muito empenho que tivessem, tinham e têm, era impossível de uma forma eficaz preparar os alunos para o ciclo seguinte, dando aulas simultaneamente em 4 ciclos. É impossível, e o executivo PS conseguiu acabar com isso, pois era uma necessidade absoluta. -----

Está-se agora numa segunda fase, quase a terminar com a questão do horário duplo. Está-se a perseguir esse objetivo, e de certeza que se vai conseguir fazer. --

Por último, relativamente às juntas de freguesia, teve uma reunião nos dias 28 e 29 com as juntas, dando-lhes conta de quais eram as perspetivas relativamente à descentralização de competências no âmbito dos contratos de execução e dos contratos interadministrativos. -----

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 151

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Disse aos Srs. Presidentes de junta que neste orçamento, caso viesse a ser aprovado, está prevista uma verba para a descentralização financeira no montante de 3 600 000,00€, idêntica àquela que receberam no ano anterior, e sobre a qual nunca haverá consenso, porque quem disponibiliza está a disponibilizar aquilo que é possível, e quem recebe gostaria de receber mais. Sobre isto nunca haverá consensos. -----

Estas verbas são absolutamente decisivas para as juntas de freguesia resolverem o seu trabalho, mas está-se numa época diferente, com legislação diferente, à qual todos se estão a adaptar, em que as freguesias se estão a adaptar, e há relatórios que têm de ser feitos, bem elaborados, porque a câmara municipal não pode descentralizar verbas sem que esteja tudo perfeitamente justificado, senão o Tribunal de Contas ou uma auditoria da IGF – Inspeção-Geral das Finanças, pode trazer problemas graves. O executivo não quer isso, nem para a câmara municipal nem para as juntas de freguesia, e por isso é um trabalho que se está a fazer em comum, de aperfeiçoamento, e há freguesias que já apresentaram relatórios de grande qualidade, e é para aí que se tem de caminhar.-----

As juntas de freguesia dizem que receberam menos, contudo, com a atribuição dos 25 000,00€ para fazerem determinado tipo de obras, de algumas intervenções, as juntas de freguesia não receberam menos, receberam o equivalente daquilo que já recebiam, e em 2015 vão receber também, se bem que não sabe qual é o valor a que corresponde, o IMI relativamente aos prédios rústicos, e também 1% do IMI dos prédios urbanos, avaliados, que era o valor que a câmara municipal recebia.----  
Significa que as freguesias mais urbanas vão receber mais, as mais rurais vão receber menos, de qualquer forma tudo isto, descentralização financeira da câmara municipal e esta nova descentralização financeira do IMI, vai permitir às juntas de freguesia uma possibilidade de construírem orçamentos para 2015 que lhes permitirão trabalhar, não da forma como gostariam, tal como a câmara municipal, mas de uma forma folgada.-----

Há muitos municípios que não descentralizam coisa nenhuma, fazem eles próprios o trabalho. Não sabe se é com maior eficácia ou não, mas duvida, na medida em que quem está mais próximo tem mais capacidade de resolver as coisas melhor, sendo essa pelo menos a sua convicção. Por isso mesmo, pensa que este é



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 1152

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

também um aspeto que se deve considerar neste orçamento.-----

Por fim, para não fugir à questão que lhe parece importante, na década de 80, num conselho de administração dos SMAS, foi aprovado um protocolo que permitia às juntas de freguesia arrecadarem um valor de 3% do serviço das pessoas que iam pagar a água nas freguesias. Esse trabalho era pago com 3% dessa faturação, e é verdade, o que todos sabem, que esta questão foi mais direcionada para Vialonga do que para as outras freguesias, porque as outras pouco recebem ao longo dos anos, cerca de 100,00€, 200,00€, pouco mais do que isso. -----

A Junta de Freguesia de Vialonga recebe mais, porque a Central de Cervejas vai pagar diretamente o abastecimento de água à junta, e isso tem representado ao longo dos anos qualquer coisa como mais de 50 000,00€. -----

Na reunião que se teve o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga referiu essa dificuldade, de uma expectativa de receber um determinado valor que deixou de receber, mas não o pode receber desta forma, porque a lei não o permite, e os acordos interadministrativos e os de execução não o permitem. O que disse ao Sr. Presidente de junta é que se ia analisar a situação, não para a repor, mas encontrar alguma forma de minimizar o problema, porque esta matéria não pode continuar, já que a lei não o permite. -----

Era o que também queria dizer à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, reconhecendo, no entanto, que apesar de, na opinião do executivo, ser questionável a validade daquele protocolo, ele existe há muitos anos, e permitiu, sobretudo a esta junta de freguesia, ter um aconchego e um conforto financeiro bastante importante. O que disse ao Sr. Presidente de junta, e repete, é que se vão tentar encontrar soluções para minimizar a questão. -----

Terminou a sua intervenção, colocando à consideração a votação do ponto 1, relativo ao IMI, referindo que o executivo PS acolheu o ano passado a proposta da oposição, para que efetivamente este imposto seja o mais baixo do país, havendo poucos municípios que apliquem taxas tão baixas. -----

Foi a oposição que impôs esta taxa, e o executivo PS entendeu, depois da reflexão que fez, que deveria este ano apresentar a mesma proposta. -----

Não podendo o executivo baixar, no que diz respeito ao IRS, pois seria um rombo tremendo em termos de finanças, bastando dizer que a redução de 1% no IRS



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 053

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

corresponde a 1 milhão de euros, teria de se ter cautela nesta redução, apesar de que com a redução que foi feita no IMI o município deixou de cobrar 2,5 milhões de euros. Não há milagres, e se por um lado a exigência é a de fazer muitas coisas, por outro lado tem que haver condições financeiras para o fazer. Por isso, a proposta que hoje é apresentada, na qual o executivo PS se associou àquela que foi a proposta do ano passado, é no sentido de, apesar de tudo, considerar que é importante manter a taxa, e assim beneficiar muita população.-----

Deste modo, colocou o ponto a votação.-----



Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que é uma proposta da CDU, não é uma proposta nova, e os seus membros lamentam que o Sr. Presidente não tenha reparado nisso, e dito com a habitual ênfase de que a CDU coloca exatamente as mesmas questões.-----

Tirando este à parte, consideram que houve alterações, e a primeira delas é ter-se, no concelho de Vila Franca de Xira, um universo tributável mais significativo do que aquele que encontraram em anos anteriores, e tem-se também uma situação altamente penalizadora para os contribuintes, não só do concelho, mas de todo o país, que é a perspectiva de se acabar com a cláusula de salvaguarda. Por outro lado, com esta proposta, desde há muito tempo defendida pela CDU, tem-se a possibilidade de aliviar a carga fiscal sobre os munícipes, pelo que, como é óbvio, estão totalmente de acordo que a mesma se faça nos termos em que é apresentada. -----

A questão de fundo, que os faz divergir, é a forma como os fundos serão aplicados no curto e médio espaço de tempo. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente, perguntando quem vota contra e quem se abstém, concluído que o ponto 1 foi aprovado por unanimidade. -----

Prosseguiu, referindo, quanto ao ponto 2, à taxa da Derrama, que o executivo traz novamente esta proposta, num reconhecimento da necessidade de apoio às micro e pequenas empresas, que tanto têm sido afetadas pela crise económica e financeira que o país atravessa. Este é um sinal claro que a câmara municipal está empenhada em ajudar os empresários do concelho na produção de riqueza, e sobretudo na possibilidade de criação de postos de trabalho, sendo este o motivo da proposta apresentada. -----



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 054

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a CDU defende esta proposta há muito tempo, pelo que, defendendo que não se deve esgotar o apoio aos micro, pequenos e médios empresários através da diminuição da taxa de Derrama, ainda assim entende que esta é uma medida muito positiva, com a qual os seus membros se identificaram num passado recente e continuam a identificar, e portanto terá o voto positivo dos vereadores da CDU.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, passando à votação do ponto, perguntando quem vota contra e quem se abstém, concluindo que o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

Prossegiu, referindo, quanto ao ponto 3, que o executivo não tem condições de apresentar uma proposta de redução, porque isso, sim, iria trazer dificuldades bastante acentuadas na cobrança de receitas. -----

Ao fim ao cabo a proposta acompanha um pouco aquilo que acontece a nível nacional, em termos autárquicos, cuja percentagem é a mesma que se propõe, e que coloca à consideração dos Srs. Vereadores.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a CDU tem o entendimento, há muito tempo, que deve haver reforço do nível e do montante de transferências financeiras do Estado para o poder local. Infelizmente não pode, este, nem nenhum município, prescindir de uma receita que lhe faria falta num curto e médio espaço de tempo. -----

Compreendem os seus membros que o melhor e desejável seria aliviar, e continuar a aliviar a carga fiscal sobre os munícipes, mas nesta componente específica de receita o que se deverá continuar a fazer é exigir do Governo a transferência e o cumprimento da lei de finanças locais. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, passando à votação do ponto, perguntando quem vota contra e quem se abstém, concluindo que o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

De seguida passou à votação do ponto 4, referindo que as questões já foram colocadas, não se vai voltar ao início, perguntando quem vota contra e quem se abstém, concluindo que o mesmo foi aprovado, com os votos contra dos membros da CDU. -----

Prossegiu, colocando à votação o ponto 5, perguntando quem vota contra e quem



Deliberação nº \_\_\_\_\_

Concluiu o Sr. Presidente que o ponto 5 foi aprovado, com os votos a favor dos membros da Coligação Novo Rumo e do Partido Socialista e a abstenção dos membros da CDU. -----



**MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**DOCUMENTOS PREVISIONAIS MUNICIPAIS DE CONTAS PARA 2015**

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Reunimo-nos hoje para discutir e aprovar os documentos previsionais de contas do Município e dos seus Serviços Municipalizados de Água e Saneamento num contexto em que, para além da incerteza e dos riscos económicos e financeiros decorrentes da atual situação de crise que o país atravessa, reforçados com as recentes previsões do cenário macroeconómico tornadas públicas pela OCDE, se junta uma complexa alteração legislativa ao regime financeiro das autarquias locais, em boa parte ainda não regulamentado, o que aconselha a uma prudência redobrada por parte de quem tem responsabilidades cívicas e administrativas de gestão pública.

Os documentos hoje presentes, são, pois, prudentes na expectativa da receita, cuidadosos na projeção da despesa e ambiciosos na vontade de investimento, na senda, aliás, do que tem vindo a caracterizar as sucessivas opções do plano e os sucessivos orçamentos dos anos de gestão do Partido Socialista na Câmara Municipal, enquanto instrumentos de gestão racionais, tecnicamente sustentados e traduzindo o que são as opções de desenvolvimento suscetíveis de implementação, sempre com elevados níveis de investimento público.

E com rigor, equilíbrio e responsabilidade.

Realce ainda para o facto de, apesar de irmos já com dez meses decorridos do ano em curso, o país continuar a desconhecer o enquadramento normativo e financeiro concreto do novo quadro europeu comunitário de apoio 2014-2020.

Tal facto, no caso do Município de Vila Franca de Xira- **em que, neste final do mês e de acordo com os dados disponibilizados pela CCDR-LVT, somos o Concelho que maior verba executou de entre todos os Municípios abrangidos pelo POR\_LISBOA, bem como aquele que mais verba *per capita* conseguiu trazer para o seu território-** representa uma dimensão assinalável e tem consequências RELEVANTES, podendo obrigar, mais à frente e no decurso da execução orçamental, a alterações em conformidade, tendo em conta a





**MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

nossa conhecida dinâmica e capacidade de aproveitamento, gestão e rentabilização dos fundos europeus comunitários.

Como sabem, sou um homem empenhado na vida política que procura, sempre que possível, a obtenção de consensos, estando permanentemente disponível para receber e escutar todos os contributos e propostas que nos queiram fazer chegar, seja qual for a matéria, no sentido de melhorar a eficácia, a eficiência e a utilidade da intervenção municipal.

Nisso me empenho pessoalmente, e bem assim a equipa que me acompanha na gestão quotidiana dos assuntos municipais.

Em prol do interesse público e da boa gestão pública.

Foi por isso natural que, ao distribuir atempadamente toda a documentação relevante para a construção da proposta orçamental que hoje analisamos e discutimos e que hoje iremos votar, tenha aguardado com expectativa sugestões de alteração ou afinamento- **tanto do lado da receita estimada arrecadar como do lado da despesa prevista realizar**- que permitissem chegar a um resultado final e obter uma formulação final, o mais alargada possível em termos de acordo político.

Todos os que têm responsabilidades autárquicas executivas, e todos os que têm a ambição de as vir a desempenhar no futuro, sabem que, dentro das apertadas regras legais que hoje enformam o processo orçamental municipal e disciplinam a elaboração do orçamento municipal, se apresentarem propostas sérias, exequíveis, credíveis e úteis, é possível procurar acolhê-las e integrá-las nos documentos finais.

Isto, o que se reafirma e sublinha, sem desvirtuamento e sem descaracterização das opções essenciais de gestão pública municipal traçadas e empreendidas pelo executivo do Partido Socialista, em conformidade com o seu programa eleitoral, que foi apresentado aos cidadãos eleitores do nosso concelho e que foi maioritariamente sufragado pela população que nos elegeu para gerir os destinos do Município, de que não abdicamos: a necessidade de garantir o equilíbrio e o rigor orçamental e financeiro; a imprescindível colocação dos recursos municipais ao serviço de políticas socialmente integradoras e potenciadoras da igualdade de oportunidades, particularmente nos domínios da educação, da solidariedade e da cultura, de que não prescindimos; a vontade de continuar a política descentralizadora nas Freguesias, seja por via dos acordos de execução e dos contratos interadministrativos seja por via de outras formas e



## MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

### CÂMARA MUNICIPAL

mecanismos de apoio no âmbito da promoção e da salvaguarda articulada e integrada dos interesses próprios das populações, cientes de que, sem o apoio do Município, as Freguesias não conseguem desempenhar cabalmente o seu papel e as suas funções, atenta a limitação de meios financeiros próprios ou provenientes do Orçamento do Estado; o compromisso ético de continuar a respeitar atempadamente todas as obrigações do Município perante os seus fornecedores, empreiteiros, cidadãos e empresas em geral; a nossa política de garantia e de reforço dos direitos de todos os trabalhadores da Câmara Municipal e SMAS, bem patente nos acordos coletivos de trabalho de entidade empregadora pública celebrados com o STAL e a FESAP; a nossa imprescindível vontade de continuar a apoiar todo o nosso movimento associativo e institucional popular e solidário, designadamente nos domínios da prestação de serviços de interesse geral às famílias do concelho, da promoção da cultura e do fomento do desporto; o nosso empenho e particular determinação em contribuir para o desenvolvimento sustentável do concelho e para o incremento da qualidade de vida e do bem-estar social dos nossos munícipes.

Ora, foi com natural humildade democrática e sentido das responsabilidades de que estou investido, que aguardei a reação empenhada dos eleitos que partilham connosco esta mesa e esta responsabilidade autárquica.

No entanto, só recebemos contributos por parte da Coligação Novo Rumo, sugestões e propostas em que trabalhámos afincadamente e que conseguimos integrar nos documentos hoje em análise e votação, não só porque foram apresentadas dentro do quadro geral de rigor e de sustentabilidade que todos temos de garantir mas também porque, no geral, acompanham as nossas preocupações económicas e sociais.

Tudo faremos, como é óbvio e nosso timbre, para concretizá-las, dentro de um quadro de responsabilidade política e financeira., o que aliás igualmente se aplica à generalidade das previsões orçamentais objeto de inscrição nos documentos em apreciação.

Assim o enquadramento das disponibilidades orçamentais e financeiras ao nosso alcance seja o previsto e estimado nas propostas hoje em análise e a conjuntura o permita.

Vontade, ambição, empenho e determinação em servir mais e melhor o nosso concelho não nos faltará certa e seguramente.

Com uma dotação inicial de 52 405 113,00 EUROS, inferior em cerca de 6 milhões e 740 mil Euros à dotação inicial do orçamento para 2014 em vigor,



**MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

no valor de 59 146 379 EUROS, o que inequivocamente demonstra os condicionalismos ao nível da arrecadação das receitas municipais decorrentes da severa crise económica e social que vem afetando o nosso país, o orçamento ora apresentado é um orçamento de responsabilidade e de ambição.

**Responsabilidade**, porque pretendemos que o Município continue a ter as contas em dia, possuindo fundos disponíveis e respeitando os prazos legais de pagamento a empreiteiros, fornecedores e cidadãos e empresas que conosco contratam, com uma dívida de médio e longo prazo sustentável e sempre com o respetivo serviço (capital e juros) em dia, sem dívidas ocultas e não reportadas.

**Ambição**, pelas políticas públicas e de investimento público que pretendemos continuar a dinamizar e a desenvolver, na educação, na solidariedade, na cultura, na promoção da competitividade territorial, na definição e prossecução de uma estratégia de regeneração urbana para o concelho e na afirmação do nosso concelho como destino turístico, assente em produtos turísticos singulares e diferenciadores.

Não podemos deixar, porém, de salientar nesta sede, em nome da responsabilidade política e da responsabilidade financeira, dois relevantes condicionamentos em termos de obtenção e alocação de recursos financeiros municipais.

Por um lado, importa sublinhar, nos termos previstos na proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2015, uma redução da transferência financeira do Estado para o Município, no âmbito do fundo de equilíbrio financeiro, no valor de 1,08 milhões de euros.

Por outro lado, cumpre realçar a inscrição orçamental legalmente obrigatória da comparticipação do Município de Vila Franca de Xira para o Fundo de Apoio Municipal, no valor anual de **412 132 Euros** e durante sete anos, com



**MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

início em 2015 e perfazendo o montante total de **2 884 926,80 Euros**, sendo conhecida de todos a nossa posição e a posição dos órgãos municipais a propósito do FAM e do seu regime legal, que consideramos inconstitucional por constituir uma gravosa ingerência do Poder e da Administração Central na autonomia financeira do Poder Local Democrático.

Nesta matéria respeitante ao FAM, reservamo-nos o direito de adotar as medidas legalmente previstas e ao nosso alcance.

Não obstante tais condicionalismos, procuraremos desenvolver em 2015, com base nos documentos em apreciação, um conjunto de ações estratégicas e relevantes para o desenvolvimento do nosso concelho, de que destacamos: a entrada em funcionamento da nova Escola Básica 1 do Sobralinho, com aquisição do respetivo equipamento; o início da ampliação da Escola Básica 1 n.º 2 de Vialonga; o alargamento do apoio às famílias na área da educação, traduzido na aquisição e oferta dos manuais escolares aos alunos do 1º ao 3º **ano de escolaridade do 1º ciclo do ensino básico**; a continuação do alargamento e a conclusão do Parque Urbano da Quinta da Flamengo; o início da implantação do Parque Urbano da 2ª Fase da Quinta da Piedade; a execução de reparações diversas e a dinamização dos mercados retalhistas municipais; a continuação da implementação do Orçamento Participativo; o reforço da atividade municipal na reconversão das áreas urbanas de génese ilegal; a ampliação do Cemitério da Castanheira do Ribatejo; **e a Ambição de levarmos o nosso caminho ribeirinho até Alverca do Ribatejo, valorizando a nossa frente ribeirinha de elevado potencial ambiental e turístico, salientando igualmente, pela sua importância para o desenvolvimento económico do nosso concelho, a nossa intenção de continuar a desenvolver contactos com as OGMAS no sentido de rentabilizar a pista de Alverca, de modo a que esta possa acolher voos privados, conforme, aliás, o que tive ocasião de transmitir ao Senhor Ministro da Economia na visita efetuada às OGMA.**



**MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

E terminamos esta nossa intervenção inicial enquadradora do processo orçamental, reafirmando a intenção de que os documentos em análise contribuirão para a construção de um **concelho inovador, criativo e de conhecimento; com formação qualificada; sustentável e eficiente; com qualidade urbana; de cultura e atrativo; conectado; coeso e com identidade; e bem governado.**

Conscientes das dificuldades, empenhados na intransigente defesa do interesse público e do bem comum e não perdendo de vista o sonho de construir um concelho cada vez mais próspero e mais solidário.

**Com todos os eleitos e, sobretudo, com todos os trabalhadores do Município.**

Disse.

Obrigado.

Paços do Município de Vila Franca de Xira, 30 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal



- Alberto Mesquita -



Intervenção do Senhor Presidente do Conselho de Administração – José António oliveira  
Reunião de Câmara - 30 de Outubro de 2014 – 09.30 Horas – Vila Franca de Xira

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal  
Exmos. Senhoras e Senhores Vereadores  
Técnicos do Município  
Comunicação Social  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,


1

Ao iniciar a minha intervenção, permitam-me que, desde já, mencionar que esta irá aludir o ponto 5 da Ordem do Dia.

Os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira compreendem a gestão de um conjunto de instrumentos financeiros, enquadrados em receitas e despesas: Orçamento para 2015 e Plano Plurianual de Investimentos 2015/2018.

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, tendo em conta o contexto de crise económica e financeira, elaboraram o orçamento para 2015, aplicando os seguintes princípios orientadores:

1. Rigor na redução de despesa e prudência na previsão de receita;
2. Contenção e prudência da despesa;
3. Firmeza na cobrança de receita;
4. Aplicação dos meios disponíveis nas principais prioridades da sua atividade, não menosprezando as necessidades prementes da população, no que concerne ao abastecimento de água e saneamento;
5. Conformidade com os princípios orçamentais e contabilísticos, bem como com as regras previsionais definidas na legislação em vigor, nomeadamente nos pontos 3.1 e 3.3 do POCAL (Decreto Lei n.º 54 - A/99, de 22 de fevereiro).



O estrito cumprimento dos compromissos assumidos, a diversificação dos investimentos em todas as suas áreas de intervenção, uma situação financeira equilibrada, com capacidade de solvência dos compromissos assumidos, a curto, médio e longo prazo, são os grandes desafios a concretizar por estes Serviços.

Os objetivos traçados pela Administração, por sua vez previstos no orçamento de 2015, impõem a continuidade dos princípios de rigor e contenção sem prejuízo do cumprimento da sua principal missão: a prestação de um serviço público essencial com o selo de qualidade exigido pelos utilizadores.

2

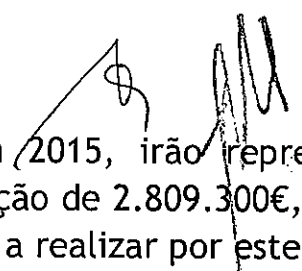
Em 2015, prevê-se que a receita dos Serviços Municipalizados de Vila Franca de Xira seja 16.355.518 Euros, representando um decréscimo 351.963 Euros (- 2,11%) face ao ano anterior, em resultado, essencialmente, do decréscimo assinalado na venda de serviços correntes e na venda de bens.

A previsão da despesa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, para o exercício de 2015, ascende em 16.355.518 €, repartidos em 13.546.218 Euros para despesas de natureza corrente e 2.809.300 € para despesas de natureza de capital.

As despesas correntes mantêm uma estrutura idêntica à prevista para 2014.

Para as despesas com pessoal estima-se uma redução de 5,19%, relativamente a 2014. Esta oscilação negativa é fundamentada, essencialmente, pela previsão de continuidade das medidas excecionais de recrutamento, atualmente em vigor.

Em 2015, prevê-se que as despesas com aquisição de bens e serviços reduzam 2,23% face ao ano transato, legitimadas, principalmente, pela redução de encargos com a aquisição de serviços.



As despesas de capital, em 2015, irão representar 17,18% da despesa total, com uma dotação de 2.809.300€, representando um acréscimo, nos investimentos a realizar por estes serviços, no valor de 98.300€, face a 2014.

Dos investimentos a realizar por estes serviços destaca-se o investimento no Reservatório R2 - Quinta da Piedade - Póvoa de Santa Iria, no valor de 1.250.000 €, que corresponde a 44,5 % do investimento total.

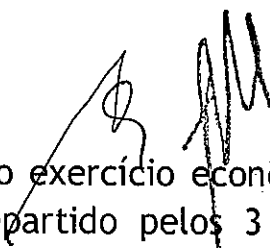
Na elaboração do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) foi tida em consideração a diminuição de receita. Ao estabelecer os investimentos imprescindíveis para a prossecução dos seus objetivos e da sua atividade, no âmbito do abastecimento de água e drenagem de água residuais, os SMAS canalizam parte da sua receita para o PPI, em detrimento das despesas afetas ao funcionamento dos serviços, para que este, no exercício de 2015, obtenha um valor superior.

Considerando que a cobertura integral do abastecimento de água no concelho está concretizada, os investimentos a realizar, neste setor, incidirão na remodelação das redes mais antigas, na remodelação das redes que apresentam níveis de eficiência pouco satisfatórios e na reabilitação/ampliação das edificações, por forma a aumentar a capacidade de armazenamento de água, contribuindo para a melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Por forma a obtermos um sistema de drenagem de águas residuais mais eficiente, os investimentos a realizar, no setor do saneamento, incidem na remodelação das redes existentes, tornando-as mais separativas, contribuindo assim para a sustentabilidade ambiental do concelho.

O investimento a realizar por estes serviços abrange, ainda, a renovação de equipamentos técnicos e administrativos, permitindo uma melhor prestação dos serviços, garantindo a satisfação dos clientes.





O investimento previsto, para o exercício económico de 2015, no valor de 2.809.300 €, será repartido pelos 3 objetivos do PPI: Abastecimento de Água (2.002.200 €); Saneamento (662.100 €) e Administração Geral (145.000 €).

O grande objetivo destes serviços, para o quadriénio 2015-2018, prende-se com a remodelação das redes de água e de drenagem de águas residuais, por forma a continuar a garantia da qualidade do serviço prestado à população do concelho de Vila Franca de Xira e a reforçar a eficiência em ambos os setores. Deste modo, reduzimos as perdas de água e separamos as águas residuais domésticas das pluviais, tornando o nosso serviço mais eficiente e com melhor qualidade em termos ambientais.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

---

### **DECLARAÇÃO DE VOTO**

#### **“Grandes opções do plano para o quadriénio 2015/2018 e orçamento municipal para 2015”**

Como resultado das diferenças programáticas de natureza política que nos caracterizam, continuamos a defender estratégias de desenvolvimento para o Concelho de Vila Franca de Xira, assentes em objectivos, prioridades e opções diversas daquelas que nos são propostas.

Somos oposição, por vontade da população do Concelho, respeitamos e temos sido dignos dessa confiança e da honra de estarmos eleitos neste concelho pelos nossos munícipes, e por isso continuamos a assumir o nosso papel de Vereadores eleitos, atentos para com as responsabilidades que nos foram transferidas. Estamos atentos, alerta, e fazemos uma oposição responsável, com a atitude crítica e construtiva que constitui a nossa acção no presente mandato.

Temos apresentado propostas ao executivo municipal, agendado pontos, apresentado vários requerimentos, e sem pretender ser força de bloqueio da actividade autárquica, também temos condicionado algumas propostas do executivo, pedindo a sua retirada para melhor clarificação, ou votando contra, quando estas não se aproximam dos valores com que a Coligação Novo Rumo se orienta.

Na discussão do Orçamento Municipal, instrumento de gestão fundamental no que diz respeito às linhas estratégicas e acções a desenvolver pelo Município, durante o ano de 2015, tentamos colocar o nosso cunho e a nossa marca, transferindo os nossos valores, mas essencialmente, tentamos que se iniciem caminhos nas áreas que consideramos prioritárias para o concelho, conscientes das dificuldades conjunturais nacionais e internacionais que afectam um País periférico e dependente como é Portugal.

É ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição que vamos trilhando alguns caminhos que nos permitem melhorar o Orçamento Municipal, tornando-o mais amigo da Educação, da Saúde e Acção Social, da Segurança, do Desenvolvimento Económico e Qualificação Urbana.

Não faremos agora, o que nunca fizemos no passado, propostas irrealistas e demagógicas, Portugal e Vila Franca passam por um grande desafio: fazer os investimentos necessários em tempo de crise. São propostas e medidas sérias e trabalhadas, com o sentido de traçar caminhos, que partem da nossa visão estratégica para o concelho, dando início ou continuidade a caminhos importantes para o desenvolvimento concelhio e para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. Por isso, com realismo, sugerimos algumas propostas passíveis de integrar o Orçamento, que foram acolhidas pelo Partido Socialista, demonstrando em Vila Franca de Xira as convergências que são necessárias no País.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

---

### **Na área da Educação e Apoio às Famílias**

iniciámos há dois anos a Oferta dos Manuais Escolares aos Alunos mais desfavorecidos do 1º ciclo, sendo que este ano já foram adquiridos manuais para todas as crianças com Acção Social Escolar (ASE) do 1º e 2º anos do 1º ciclo, estando já contemplado o 3º ano na proposta de orçamento para 2015.

Na sequência da posição da Coligação Novo Rumo, sobre as Actividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), ainda conhecidas por CAF (Componente de Apoio à Família), neste ano lectivo, o Município aumentou o apoio às crianças com Acção Social Escolar (ASE), sendo que estas - neste ano lectivo - apenas suportam um custo de 5 euros/mês com este serviço. Este foi o caminho iniciado – que com os nossos contributos ao abrigo do Estatuto de Oposição – evolui neste Orçamento, passando o Município a suportar integralmente o custo que caberia as famílias tanto do escalão A como no B com as AAAF, a partir do próximo ano lectivo.

Ainda na Educação, a partir do presente ano lectivo, temos a atribuição de Prémio de Mérito para alunos do ensino básico e de uma Bolsa de Estágios para alunos de mérito do ensino secundário e superior, proposta da Coligação Novo Rumo, com o objectivo de promover a formação académica e o aproveitamento escolar dos jovens, contribuindo para o incremento de quadros superiores no Concelho de Vila Franca de Xira.

### **Na Área da Segurança e Protecção Civil**

havia caminhos que o município iniciou, mas que foram interrompidos, e que a Coligação Novo Rumo propôs recuperar, nomeadamente, que o Município retome a prática existente até 2003 de contemplar rotativamente cada uma das Associações de Bombeiros Voluntários do Concelho, em cada Dia Municipal do Bombeiro, com uma verba equivalente a 80% do custo, para aquisição de uma Ambulância de Socorro, ou para aquisição de Equipamentos de igual valor. Esta é outra das nossas medidas incluídas no Orçamento Municipal, que reflecte o caminho que a Coligação Novo Rumo defende para as 6 associações humanitárias de Bombeiros Voluntários, compostas por centenas de homens e mulheres, de diferentes idades e condição social, que prestam um contributo imprescindível e constituem um pilar da sociedade. Fazem frente a acidentes ou catástrofes – de que os incêndios florestais são apenas um exemplo –, apoiam pessoas doentes, promovem a segurança, a protecção e o socorro das populações e dinamizam a cooperação cultural e económica local.

### **Na Área da Segurança Rodoviária**

também há caminhos a trilhar, pois consideramos que a Segurança Rodoviária deverá constituir uma das principais preocupações do Município, que deverá apostar na prevenção e eliminação de pontos negros, através de um plano de levantamento, caracterização e resolução de problemas identificados no Concelho, que tenham a ver com falhas na Sinalização Rodoviária, Iluminação Pública, ou Degradação de Condições de Visibilidade.

Este caminho de eliminação dos Pontos Negros do Concelho dá os primeiros passos neste orçamento, com o Plano de Segurança Rodoviária, proposto também pela Coligação Novo Rumo ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

---

### **Na área do Desenvolvimento Económico e Qualificação Urbana**

apresentámos várias propostas, que pretendem também iniciar caminhos de desenvolvimento, em sectores tão diferentes como os Mercados Retalhistas do Concelho, a instalação de Empresas Tecnológicas ou a valorização de Áreas Industriais existentes no Concelho.

#### **Os Mercados Retalhistas**

são - para a Coligação Novo Rumo - dos principais polos de dinamização dos Bairros, Freguesias e Cidades onde se encontram. Actualmente, os nossos Mercados defrontam-se com vários problemas, como as novas exigências dos consumidores, novas formas de organização do espaço, novas demandas por salubridade, organização e logística, e novas dinâmicas urbanas em desenvolvimento. Assim, a par da actividade que os Mercados já desenvolvem, torna-se necessário reabilitar os Edifícios, seja mediante a realização de obras estruturais, de manutenção e valorização, seja dotando estes equipamentos de outro tipo de valências, aptas a chamar a si o interesse e a procura da população, seja também através da reformulação de Horários de funcionamento. Na sequência das nossas propostas, o Orçamento para o próximo ano, tem a rubrica de investimento nos mercados fortemente reforçada, e inclui um Estudo de Dinamização dos Mercados, que irá definir caminho que pretendemos para estes equipamentos.

#### **Os incentivos à instalação de Empresas Tecnológicas**

e do sector das energias renováveis e da eficiência energética, são instrumentos fundamentais para a dinamização económica, designadamente em matéria da promoção da inovação e do desenvolvimento Concelhio. A Coligação Novo Rumo apresentou esta proposta, que tem por objectivo atrair empresas, visando a criação de emprego, e o estímulo da actividade empresarial do Concelho.

#### **Áreas Industriais do Concelho**

Para a Coligação Novo Rumo, a valorização do património industrial e a conversão de zonas industriais devolutas, representa um vector de actuação essencial para o desenvolvimento económico do Concelho. A regeneração de espaços urbanos e industriais abandonados ou em mau estado de conservação afirma-se como uma prioridade nas políticas urbanas locais e metropolitanas, assim como a potencialização dos espaços industriais actualmente existentes, aumentando a sua atractividade, se torna premente para um sector económico saudável. Ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, propusemos duas medidas a integrar o Orçamento Municipal: **Levantamento das Áreas Industriais Devolutas no Concelho e Valorização de Áreas Industriais Activas no Concelho.**

É necessário começar o caminho da recuperação ambiental e urbanística, para posterior eventual requalificação e reclassificação e para isso propusemos o levantamento das áreas industriais devolutas, contaminadas ou degradadas. É igualmente importante a valorização e embelezamento das áreas industriais activas no Concelho, como o "Cabo Industrial" em Vila Franca de Xira, ou as Zonas Industrias da Póvoa, Alverca, e Sobralinho.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

---

### Na área da Saúde,

a falta de Médicos de Família no nosso Concelho é uma das maiores preocupações da Coligação Novo Rumo. Considerando que as vagas abertas e os concursos lançados para contratação de Médicos para os Centros de Saúde não têm alunos nem médicos a concorrer, (pelo facto de não considerarem o nosso território suficientemente atractivo), e dada a experiência de concelhos limítrofes, propusemos que o Município promova o Concelho junto dos futuros Médicos, através da realização de uma, ou várias iniciativas na Faculdade de Medicina, com o objectivo de mostrar o que de melhor temos, mudando a má imagem que muitos alunos actualmente têm do Concelho de Vila Franca de Xira. Este é um dos caminhos que propomos que se inicie, não só para captar futuros médicos, mas também para mudar a imagem que outros têm de nós.

Assim, no contexto da atitude crítica e construtiva que constitui a nossa acção no presente mandato, conscientes de que algumas medidas que propusemos de algum modo foram acolhidas e não pretendendo ser força política de bloqueio da actividade autárquica, decidimos que a posição mais adequada a tomar face ao Documento que nos foi apresentado é o Voto a Favor.

Vila Franca de Xira.30 de Outubro de 2014

Rui Rei

Orlando Silva

Vereadores da Coligação Novo Rumo



Deliberação nº **672**

01 IMI





Reunião de 2014/10/30

Deliberação nº **674**

Assunto: PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/10/22, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da taxa de 5% para a participação variável no IRS, com esteio e fundamento no disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 25º, e do nº 1, do artigo 26º, ambos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

A discussão deste assunto foi feita em conjunto com os pontos 1, 2, 4 e 5 da ordem do dia.-----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.--

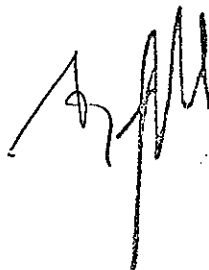
03 IRS





Deliberação nº **675**





Assunto: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO -----

Presente para aprovação a proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/10/22, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, no sentido de propor à assembleia municipal que delibere conceder a autorização prévia genérica favorável para a assunção de compromissos plurianuais pela câmara municipal e pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, prevista na lei dos compromissos e pagamentos em atraso, designadamente na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e no artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, efetuando a leitura da declaração de voto dos membros da CDU, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

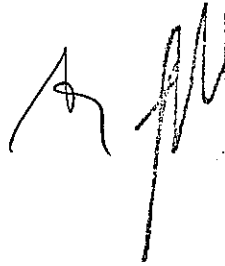
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo mantêm a mesma opinião sobre este ponto. -----

O último ano demonstrou que não foram necessárias mais sessões da assembleia municipal do que as que são normalmente realizadas, aliás de há uns anos a esta parte até são realizadas menos sessões do que eram no passado, pelo que pensam que a situação se deve manter. -----

Não deixariam no entanto de chamar a atenção que são contra esta situação e continuarão contra até uma solução mitigada, por uma razão simples, não faz sentido passarem o mandato ao Sr. Presidente e depois, quando é apresentada a informação à câmara municipal, questionarem ao cêntimo onde é que foi gasto o dinheiro, nomeadamente na comunicação social.-----

Para não se ter essa situação, é preferível trazer as situações à câmara municipal e de uma forma clara, aberta e transparente, todos tomam essa decisão e estarão ou não de acordo com a forma como a câmara municipal faz. Aliás, isso aconteceu na última reunião, ou seja, os vereadores passaram uma autorização ao Sr. Presidente e depois questionaram-no quanto é que gastou na comunicação social, no “outdoor X”, no sítio “Y” ou no sítio “Z”. -----

Como não querem fazer isso, querem efetivamente que num cenário, que é o da



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 062

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

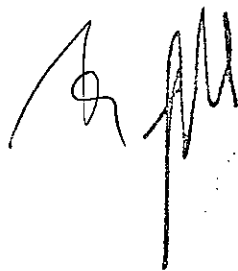
Deliberação nº \_\_\_\_\_

gestão atual da câmara municipal, venha a reunião de câmara, e nisso a coerência deve-se manter, não devem “dar a cenoura e pôr o cajado atrás, para depois, quando o Sr. Presidente gere, agarrarem e quererem cortar-lhe o dedo”, não faz sentido. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que não quer ficar sem dedos e, antes de passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente, quer transmitir que a intenção não é outra, e na sua opinião as assembleias municipais deveriam ter os seus poderes reforçados, mas isso teria que ser num quadro eleitoral diferente do que existe hoje, porque ao fim ao cabo, o que acontece é que na prática há duas assembleias municipais, o período antes da ordem do dia nas reuniões de câmara, e depois outra ordem do dia nas assembleias municipais, em que muitas vezes se repete aquilo que é dito em reunião de câmara.-----

Crê que é assim nos dias de hoje, mas não é esse o problema, porque os executivos estão nas reuniões para responderem às questões que são colocadas, tanto num órgão como no outro, no entanto há uma repetição clara.-----

A questão muitas vezes tem a ver com a necessidade urgente de alguns contratos e algumas necessidades correntes da câmara municipal, e não é possível conciliar com os “timings” da realização das sessões da assembleia municipal, sendo somente este aspeto e não outro. Para isso provavelmente teriam que se fazer mais sessões da assembleia municipal, mas também sobre esta matéria tem que se ter alguma prudência e têm sido feitas as sessões que parecem ajustadas, nem mais, nem menos. Porém, tem-se assistido àquilo que não acontecia no passado, que são sessões com 40 e mais pontos, e nalguns deles, sinceramente, como aconteceu na última sessão, foi feita uma discussão eminentemente técnica entre o técnico da câmara municipal, chefe de divisão da área de informática, Engº Clemente Rocha, e um elemento do Bloco de Esquerda, que é igualmente da área e muito conhecedor, de modo que todos tiveram oportunidade de ouvir uma reflexão técnica, e pelo menos o próprio apanhou muito pouco dessa reflexão. Considerando a questão tão fina, em termos técnicos, a maioria, pelo menos fala por si, não consegue acompanhar. Na sua opinião esta é uma matéria que caracteriza um pouco aquilo que pode acontecer, estar-se a desenvolver um determinado tipo de matérias cuja relevância é, no seu ponto de vista, relativa. -----



A preocupação do executivo municipal é somente esta, com os “timings”, não é querer retirar nada daquilo que é o conhecimento e a reflexão da assembleia municipal, não se trata de nada disso, é justamente o facto de às vezes existirem algumas dificuldades em cumprir determinados contratos, por exemplo de admissão de pessoal, que estão dependentes da ida à assembleia municipal.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, acrescentando que efetivamente a razão de ser desta proposta tem exclusivamente a ver com facilidade da gestão, uma vez que a lei, e isso é que talvez é relevante, tal como está desenhada obriga a ir à assembleia municipal, não pela importância dos assuntos em causa, nem pela sua importância financeira ou política, mas apenas pela questão da plurianualidade. É isso que tem dado origem a discussões na própria assembleia municipal, que não só não valorizam os órgãos assembleias municipais, como ocupam de minudências e detalhes aquele órgão, que deve dedicar-se, não só à fiscalização da ação da câmara municipal, mas também a discussões importantes para o concelho.-----

Diria que esta proposta vem por consequência dessa anormalidade legal, que não traz sob o ponto de vista da gestão nenhuma utilidade. -----

De resto, sabe-se que no concelho de Vila Franca de Xira os executivos das juntas de freguesia pediram isto às assembleias de freguesia, pela irrelevância política que a ida às assembleias de freguesia e municipal tem, pelo que de uma forma geral todas as juntas de freguesia têm esta autorização prévia genérica por parte das suas assembleias de freguesia. Isso dá conta que esta proposta não difere em nada, nem do conjunto dos municípios, nem do conjunto das freguesias que fizeram esta proposta.-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, mencionando, no seguimento da declaração de voto dos membros da CDU, que os mesmos consideram preocupantes algumas afirmações que foram proferidas, primeiro porque consideram que a assembleia municipal é um órgão independente, que tem uma gestão própria, tem um presidente, tem órgãos que a dirigem e será a assembleia municipal sempre a definir quando é que tem de ter as suas sessões, quando é que elas devem ocorrer, em que quantidade ou em que lugar. Portanto, quando a câmara municipal tenta alguma ingerência naquilo que é a gestão da assembleia municipal, parece-lhes totalmente incorreto nessa matéria, relativamente e



inclusivamente às próprias dissertações que são lá tidas ou não. A assembleia municipal tem um presidente e compete ao mesmo fazer a gestão das suas sessões, quer no tempo que demoram, quer nas intervenções que são proferidas. -- Recorda que a questão do número de sessões que terão de se realizar fruto desta proposta foi uma das justificações que o Sr. Presidente apresentou o ano passado quando esta mesma proposta foi votada, tendo justificado a sua apresentação com duas questões, primeiro, o número de sessões da assembleia municipal que previsivelmente iriam ocorrer, o que não se veio a verificar neste último ano de mandato, como já foi dito, inclusivamente houve o mesmo número, ou até deveria ter havido mais sessões do que as que houve, porque foram muito poucas. Portanto esse argumento está completamente fora de questão. A outra tinha a ver com a simplificação e celeridade da gestão corrente.-----

Os membros da CDU consideram que, verificando a prática deste último ano, nada disso se observou, e nesse sentido entendem que as coisas podem e devem manter-se tal como estiveram no último ano. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, fazendo uma pequena retificação àquilo que disse e que o Sr. Vereador referiu, e agradece-lhe por o ter feito, na medida em que está longe de si fazer intromissão naquilo que não é da sua competência. -----

Efetivamente, quando referiu o número de sessões da assembleia municipal realizadas, foram aquelas que naturalmente o Sr. Presidente da assembleia municipal, com a comissão permanente, acharam que eram as necessárias, mas o Sr. Vereador também compreenderá que há calendarização que valerá a pena ajustar com o presidente da câmara municipal, para ver se há agenda para o efeito. Esta articulação tem de ser feita, senão pode ser um pouco difícil articular tudo. -----

Dá razão ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues, e agradece o reparo que fez, porque não foi sua intenção dizer que tem interferência, porque não tem, nem deve ter, nem tem competência para tal. -----

Quanto ao facto de não ter havido necessidade de mais sessões da assembleia municipal, tiveram que se ajustar a este processo.-----

A primeira sessão da assembleia municipal do próximo ano vai levar alguns 60 pontos, julga que é capaz de ter multíssimos pontos, porque há questões que estão



## DECLARAÇÃO DE VOTO

(Ponto 6 da Reunião de Câmara Municipal de 30 de Outubro de 2014)

Tratando-se de uma questão já colocada em momentos anteriores, continua a CDU a entender que o facto de se deixar a assembleia municipal de fora na discussão de verbas até ao montante aqui apresentado é esvaziar a importância que este órgão, Assembleia Municipal, deve ter na intervenção política neste concelho, à semelhança do papel que preconizamos para a Câmara Municipal que entendemos se deverá pronunciar sempre sobre os investimentos realizados.

Mesmo enfatizando com necessidades de simplificação e celeridade da gestão corrente, consideramos que tal não é fator impeditivo para que os serviços funcionem normalmente, assim se organizem em conformidade com as necessidades.

Mesmo enfatizando com o número de assembleias municipais que previsivelmente terão de se fazer, e mesmo com os seus custos, a prática do último ano deita por terra esse falso argumento.

A CDU entende que a Assembleia Municipal deverá ter um papel interventivo e fiscalizador sobre o que se gasta, onde e de que forma, pelo que, tal como em momentos anteriores, não concordamos com esta proposta e por isso votaremos contra.

Vila Franca de Xira, 30 de Outubro de 2014

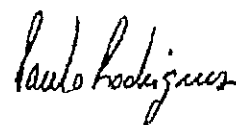
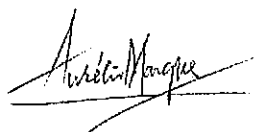
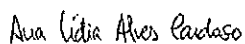
Os Vereadores da Coligação Democrática Unitária "CDU"

Nuno Libório



Ana Lúcia Cardoso

Aurélio Marques

Paulo Rodrigues





1. Assunto: MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2015-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 602/14, de 22/10, do DGAFJ/DRH, para aprovação do mapa de pessoal para 2015, tendo o mesmo sido enviado previamente ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) para apreciação, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 602/14, de 22/10, do DGAFJ/DRH, e mapa de pessoal, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que aquilo a que se assiste é que, mais uma vez, se vão ter necessidades que são permanentes colmatadas com pessoal ao abrigo do Contrato Emprego Inserção. -----  
Crê que são à volta de 290 postos de trabalho que estão ocupados desta forma e, compreendendo aquele que pode ser o argumento do Sr. Presidente, que tem a ver com as posições do Governo, que impedem de alguma forma a contratação de pessoal, os membros da CDU entendem que cabe às câmaras municipais arranjar alternativa e exigirem ao Governo outro tipo de alternativa, e que por isso o mapa de pessoal da câmara municipal não cumpre aquilo que deve ser o desejável para as necessidades do município. -----  
Deste modo, o seu voto é contra. -----  
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo votam a favor, não deixando no entanto de tentar acabar com esse mito urbano que é, “o Estado impede a contratação de trabalhadores aos municípios”.



Isso não é verdade, pode-se discordar ou não da intromissão do Estado na autonomia do poder local em relação a algum tipo de gestão, mas não é verdade que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira esteja impedida de contratar trabalhadores, nem é verdade que uma boa parte dos municípios esteja impedida de os contratar. -----

Se lhe disserem que há gente que, se governou mal, que não gera receitas para pagar as despesas e está impedida, ou deveria estar, de continuar a gerar dívida, o próprio seria o primeiro a votar a favor. -----

Essa é que é a verdade, deixa-o preocupado alguns argumentos, e o Sr. Presidente também vai atrás deles, em relação a algum fundo de assistência municipal, em que depois se diz que os municípios não devem fazer face a algumas necessidades. É bom não esquecer que esses são exatamente os argumentos que usam os finlandeses e os alemães, face às ajudas ao sul da Europa, que perguntam “por que é que nós, que não estamos sob assistência e até temos “superavit”, temos que estar a pagar para os tipos que gastaram dinheiro que não deviam, no sul da Europa”. -----

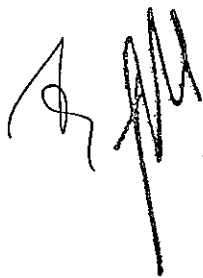
Pode-se ainda discutir outra coisa, se foi a crise “X”, a crise “Y” ou a crise “Z”, a verdade é que ainda ao dia de hoje continua-se a gastar mais 10% no orçamento de Estado do que se recebe. -----

É bom ter cuidado com alguns argumentos que se utilizam, porque efetivamente são os argumentos que alguns utilizam contra os países do sul da Europa. -----

Não é verdade que o Estado imponha essa regra, nomeadamente a Vila Franca de Xira, o município pode contratar trabalhadores, inclusivamente para a questão do lixo tem de fazer um conjunto de justificações para chegar lá, mas pode fazê-lo e pode contratar. Mais, há medidas que já foram determinadas, nomeadamente a questão obrigatória de consulta ao INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, sobre um conjunto de contratações, que terminou e os municípios já não são obrigados a fazê-lo. -----

O que todos devem é fazer uma gestão rigorosa e usar os meios que são necessários, e não mais do que isso. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo aprovam o mapa de pessoal porque, se efetivamente vai ser necessário um conjunto de quadros para o município, muito



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 068

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

bem, que se faça, que se contratem essas pessoas, que se coloquem nos quadros e se lhes pague o justo e devido valor, que é para isso que estão na câmara municipal. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que o executivo do PS apresenta esta proposta, que lhe parece equilibrada, tendo sido extintos 24 postos de trabalho e criados 38. Como é exigível foi pedido parecer ao STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, o qual só chegou depois do orçamento ter sido distribuído aos Srs. Vereadores, mas que tem na sua mão, e como são poucos pontos permite-se a lê-los, porque esta relação com o sindicato mais representativo dos trabalhadores da câmara municipal é naturalmente sempre importante para se fazer a avaliação se algumas das propostas que o executivo está a fazer têm algum problema ou dificuldade. -----

É uma exigência da lei, por um lado, mas mais do que isso, é importante saber qual é a interpretação e o parecer do STAL. -----

Prosseguiu, efetuando a leitura do ofício nº 378/14, de 2014/10/14, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Concluiu, referindo que naturalmente a câmara municipal vai responder ao STAL, mas das conversas que têm tido não há grande oposição à proposta apresentada. -

Conforme referiu, há imposições relativamente ao número de trabalhadores que a câmara municipal tem de ter em 31 de dezembro e que quer manter. São 784 trabalhadores, nem mais, nem menos, e esta é a bitola com que se vai trabalhar. --

Não é uma questão de dificuldade ou não, é uma questão de imposição que o executivo quer cumprir, e quer fazê-lo na base dos trabalhadores que entretanto se vão aposentando e deixam folga para se admitirem mais técnicos e mais trabalhadores. O que se tem vindo a fazer é renovar uma área que estava desfalcada, que é a área do pessoal operário, e nesse sentido têm vindo, e vão continuar a vir, propostas a reunião de câmara. -----

De memória pode dizer que na próxima reunião de câmara serão presentes propostas para um ajudante de calceteiro, um pintor, e não se recorda se para um carpinteiro, mas será para uma dessas áreas, porque são áreas necessárias, são trabalhadores que podem ajudar bastante naquilo que são as intervenções que podem ser feitas internamente, e sem esta renovação isso não possível. -----





Reunião de 2014/10/30

Deliberação nº

Concluiu o Sr. Presidente que com os votos favoráveis dos membros da Coligação Novo Rumo e do PS, o ponto foi aprovado por maioria.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

Assunto: MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO PARA O ANO DE 2015 -----

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em 2014/09/23, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação do mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira para o ano de 2015, tendo o mesmo sido enviado previamente ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) para apreciação, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que, em relação ao mapa de pessoal da câmara municipal, parece aos membros da CDU que no mapa de pessoal dos SMAS há um maior ajuste às necessidades.-----

Saúdam mais uma vez a decisão de manter este serviço como um serviço público, que é um serviço fundamental para o bem-estar de todas as populações.-----

Terminou, dizendo que os membros da CDU se abstêm na votação.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo votam a favor.-----

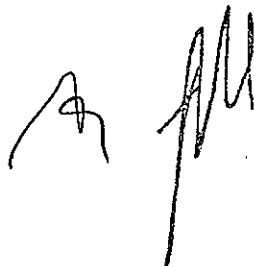
Tomou a palavra o Sr. Presidente, pondo o ponto a votação, perguntando quem vota contra e quem se abstém.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, reafirmando que os membros da CDU se abstêm.-----

Concluiu o Sr. Presidente que, com a abstenção dos membros da CDU e os votos a favor dos membros da Coligação Novo Rumo e do PS, o ponto foi aprovado.-----

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, aprovar o mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira para o ano de 2015.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 071

Reunião de 2014/10/30

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

ENTRADA NORTE DA CIDADE DE VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o munícipe, Sr. José Manuel Simões Brás, cumprimentando todos os presentes, referindo que a sua vinda a esta reunião é pelo direito de cidadania e patriotismo, vindo pedir ao executivo da câmara municipal para que pudesse mandar limpar a entrada da cidade. -----

É uma cidade, e não é uma aldeia, pois junto à igreja Adefe, até à ponte Marechal Carmona, tem mau aspeto. Agradece, desde já, o que se possa fazer, pois também nos passeios do lado direito as pedras estão soltas. -----

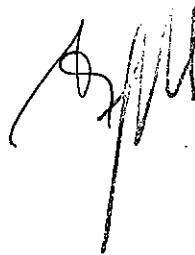
Quanto àquelas obras que estão a ser feitas, sabe que não é da responsabilidade da câmara municipal mas da Estradas de Portugal, só que a estrada vai ficar sem os passeios do lado esquerdo, e as pessoas, para passarem por ali, terão que utilizar a estrada. Pensa que os peritos da estrada já viram que está mal, mas agora têm de acabar os trabalhos, e depois voltar a estragar outra vez. -----

Será que o concelho termina na ponte? Até à ponte está tudo bem arranjado e ajardinado, mas da ponte para lá estão lá aquelas faias e todo aquele caniçal. Sabe que o terreno é particular, mas agradece à câmara municipal que, se tivesse um trator ou um roçador cortasse aquelas canas. -----

É membro da Igreja Adefe, está presente nessa qualidade, e vê que aquilo tem mau aspeto. A igreja gostaria de melhorar a entrada de Vila Franca de Xira, pintar aqueles muros, arranjar aquelas redes, e gostariam que a câmara municipal também tivesse um pouco de preocupação com a zona, porque é a entrada norte de Vila Franca de Xira, que começa no Aldi e vem por aí fora. Por acaso aqueles arruamentos estão a ficar bonitos, mas é só até àquela rotunda, pois daquela rotunda para a frente parece que já não há ordem para fazer mais. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, agradecendo ao munícipe, que é membro da Igreja Adefe, que pelo menos já teve uma virtude, pois parte daquele edifício, que eram os antigos silos da EPAC, estivessem mais limpos. Pode-se questionar a cor, provavelmente há cores mais interessantes, mas pelo menos teve uma particularidade, dar um outro ar àquela edifício. Conforme o munícipe está a dizer, se vai continuar, que não lhe falte vontade e a tinta. -----

Quanto ao resto, há matérias que a câmara municipal tem vindo a resolver ao



longo dos anos, e o munícipe deve ter conhecido o antigo matadouro, uma situação que não orgulhava em nada a câmara municipal. Era uma situação desagradável e complicada, e conseguiram-se encontrar para ali soluções.-----

À medida que vão acontecendo intervenções em termos urbanísticos, a câmara municipal vai melhorando o que existe à entrada norte de Vila Franca de Xira. -----

Quando se vai no sentido sul/norte, do lado esquerdo, efetivamente há ali uma série de empresas, e enquanto não se encontrar uma solução também é uma situação extremamente desagradável, que um dia se terá de resolver.-----

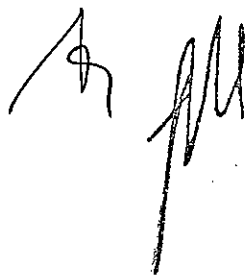
No entanto, algumas dessas empresas estão em atividade e também pouco se pode resolver então. Contudo, pode-se resolver outra coisa, que já foi referida, e que é exigir a quem de direito, quem tem jurisdição nesta matéria, que é a Estradas de Portugal, fazer o trabalho que tem de fazer. -----

Pode dizer que o trabalho que está a ser desenvolvido foi avaliado pelos técnicos da câmara municipal, e essa questão do passeio do lado esquerdo, julga que no sentido norte/sul, é uma matéria que irá pedir para se averiguar, para saber, porque da análise e de uma reunião que até teve com os engenheiros que estão a seguir aquela obra, esse problema não foi detetado, mas uma vez que foi colocado, irá referi-lo. -----

Esta intervenção foi até muito reclamada pela câmara municipal, por todos, porque é um ponto negro que está absolutamente identificado como uma das dificuldades que se tem na Área Metropolitana de Lisboa, de atropelamentos e acidentes com choques frontais, e teve que se encontrar uma solução que garanta essa mesma segurança, por isso é que a Estradas de Portugal está a desenvolver aquele projeto.-----

Quando a obra terminar, apesar de também já se ter dado o registo da câmara municipal na Estradas de Portugal, que aquelas obras dever-se-iam fazer, pelo menos nas zonas de fresagem, à noite e não durante o dia, porque estão a criar, nas horas de ponta, muitas dificuldades para quem circula, mas as obras têm um prazo de 150 dias, que julga que terminarão no final de novembro, o que quer dizer que ainda se vai ter um mês um pouco complicado, se bem que as obras de maior dificuldade estão a terminar. -----

A questão da limpeza é uma matéria que irá colocar à Estradas de Portugal, e aliás



a câmara municipal já disse diversas vezes àquela empresa que a câmara municipal está disponível para celebrar um protocolo em que fará o trabalho e depois a Estradas de Portugal paga o serviço, mas ainda não se conseguiu lá chegar. -----

Por outro lado, há outras questões, que não vão ser resolvidas nesta intervenção, que se prendem com o compromisso de resolver o problema da inundação sobre o túnel ao pé da rotunda do ALDI. -----

Já se encontrou uma resolução, e há duas soluções, uma mais prática, de resolução mais rápida, provavelmente é essa que irá acontecer, e espera que também rapidamente essa matéria seja resolvida. -----

Depois há outra situação que a câmara municipal também colocou à Estradas de Portugal, que lhe disseram que também ia ser resolvida, assim o espera, que é a da insegurança existente nas viragens à esquerda para quem entra e sai de Povos. Ali o traço tem de ser contínuo, e as pessoas têm que ir fazer viragens às rotundas existentes. A segurança tem faturas, e a fatura é ter que andar um pouco mais, mas é a forma de evitar as mortes e acidentes graves que já ali aconteceram, até se construir uma rotunda que está prevista para ali. -----

Portanto, espera que rapidamente os fiéis da Igreja Adefe ponham mãos à obra e pintem o resto do edifício. -----





Deliberação nº \_\_\_\_\_

Não havendo, conforme indicado pelas duas bancadas da oposição, possibilidade de dar as respostas hoje, deu por terminada a reunião.-----



Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata 075  
Reunião de 2014/10/30

Esta ata foi aprovada por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Aurélio Marques e Margarida Cavaleiro, na reunião de câmara de 2014/11/19, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros.

E eu, Fernando Paulo Serra Barreiros, Fernando Paulo Serra Barreiros,  
Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em  
regime de substituição, a subscrevi. \_\_\_\_\_

- Alberto Simões Maia Mesquita -